



Revista Brasileira

FASE VII 🌀 JULHO-AGOSTO-SETEMBRO 2003 🌀 ANO IX 🌀 N.º 36

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

MACHADO DE ASSIS

ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS 2003

DIRETORIA

Alberto da Costa e Silva – *presidente*
Ivan Junqueira – *secretário-geral*
Lygia Fagundes Telles – *primeira-secretária*
Carlos Heitor Cony – *segundo-secretário*
Evanildo Bechara – *tesoureiro*

MEMBROS EFETIVOS

Affonso Arinos de Mello Franco,
Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio
Filho, Alfredo Bosi, Ana Maria Machado,
Antonio Olinto, Ariano Suassuna,
Arnaldo Niskier, Candido Mendes de
Almeida, Carlos Heitor Cony,
Carlos Nejar, Celso Furtado,
Eduardo Portella, Evandro
Lins e Silva, Evanildo
Cavalcante Bechara, Evaristo de
Moraes Filho, Pe. Fernando Bastos
de Ávila, Ivan Junqueira, Ivo Pitanguy,
João de Scantimburgo, João Ubaldo
Ribeiro, José Sarney, Josué Montello,
Lêdo Ivo, Lygia Fagundes Telles,
Marcos Almir Madeira, Marcos
Vinícios Vilaça, Miguel Reale, Moacyr
Scliar, Murilo Melo Filho, Néida Piñon,
Oscar Dias Corrêa, Paulo Coelho,
Rachel de Queiroz, Sábado Magaldi,
Sergio Corrêa da Costa, Sergio Paulo
Rouanet, Tarcísio Padilha, Zélia Gattai.

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR

João de Scantimburgo

CONSELHO EDITORIAL

Miguel Reale, Carlos Nejar,
Arnaldo Niskier, Oscar Dias Corrêa

PRODUÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Nair Dametto

ASSISTENTE EDITORIAL

Frederico de Carvalho Gomes

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS
Av. Presidente Wilson, 203 – 4^ª andar
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021
Telefones: Geral: (0xx21) 3974-2500
Setor de Publicações: (0xx21) 3974-2525
Fax: (0xx21) 2220.6695
E-mail: publicacoes@academia.com.br
site: <http://www.academia.org.br>

As colaborações são solicitadas.

Sumário

EDITORIAL 5

CELEBRAÇÃO

10 anos sem Américo Jacobina Lacombe

MARCOS ALMIR MADEIRA Américo Lacombe: o sentido de uma cultura... II

LÊDO IVO Um velho anjo aposentado 17

TARCÍSIO PADILHA Américo Jacobina Lacombe: historiador-humanista... 21

ARNO WEHLING Américo Jacobina Lacombe e a tradição hermenêutica
na historiografia brasileira 33

10 anos sem Carlos Castello Branco

MURILO MELO FILHO Castellinho: jornalista e acadêmico 43

ARNALDO NISKIER Carlos Castello Branco: jornalista, contista e romancista . 53

AFONSO ARINOS FILHO Carlos Castello Branco 61

WILSON FIGUEIREDO Castellinho em moldura mineira 67

Centenário do nascimento de Carlos Drummond de Andrade

CARLOS NEJAR Drummond: a máquina do mundo na máquina do poema... 75

LÉLIA COELHO FROTA Carlos & Mário: encontros 85

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA Drummond: um poeta além do tempo. 107

AFFONSO ARINOS FILHO Itinerário poético de Drummond 129

PROSA

MARCOS ALMIR MADEIRA Drummond e Machado de Assis: uma
filosofia da dúvida 157

PE. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA O pensamento social da Igreja 165

AFFONSO ARINOS FILHO Lembranças de Otto Lara Resende 171

ODILON NOGUEIRA MATOS A música sacra cristã 177

ANTONIO DELFIM NETTO Um prefácio: a empresa moderna no Brasil... 191

NELSON SALDANHA A Torre de Babel e o neokantismo 195

BENEDICTO FERRI DE BARROS O milagre literário da Irlanda. 203

POESIA

CARLOS NEJAR Guitarra-homenagem para Marcantonio Vilaça
e outros poemas 211

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE Poemas clássicos 221

VÁRIOS POETAS Haicais japoneses 227

GUARDADOS DA MEMÓRIA

M. SAID ALI O purismo e o progresso da língua portuguesa 231



João de Scantimburgo

Faz alguns anos, encontrei, à tarde, na Broadway, meu saudoso amigo e colega José Maria Homem de Montes. Convidou-me para ir com ele comprar alguns discos, pois era um melófilo, a uma casa vendedora de discos, partituras, instrumentos, bem no estilo americano, do seu gigantismo e de sua capacidade para vender. Na casa comercial, de cujo nome não me lembro, enquanto Montes escolhia seus discos, conversando com um dos funcionários da casa fui fazendo perguntas, eu que de música nada entendo, mas que, muitas vezes, tenho curiosidades passageiras sobre compositores e sinfonias. Dentre as perguntas que fiz ao funcionário, uma foi a mais espinhosa para ele.

Como ele me havia dito que a sua casa comercial tinha tudo quanto se compusera no mundo, não quis eu fazer a prova com músicas brasileiras, os velhos chorinhos, as valsas mantidas do passado, os maxixes, as marchinhas carnavalescas. Iria, sem dúvida, criar para ele o problema de ter de se desmentir, quanto à totalidade do que se escrevera sobre música no mundo. Mas, resolvi fazer uma pergunta

embaraçosa. Quis eu saber se o rei Davi, filho de Salomão, rei de Israel, havia composto e se a casa tinha alguma de suas obras. Respondeu-me ele, sem hesitação, que sua casa possuía para vender, e as vendia em quantidade, principalmente para as igrejas protestantes, as composições do grande músico que foi Davi, que tocava harpa, como poucos no mundo então conhecido e no mundo que veio depois. Pedi-lhe, então, para pôr no aparelho de som uma composição de Davi e fui prontamente atendido.

Ele trouxe-me uma Bíblia, abriu nos Salmos e pediu-me para acompanhar alguns deles, dos quais também não me lembro, que eu sentiria a mesma emoção que todos os ouvintes sentem, não só na Igreja Protestante como nas casas dos que levam os discos, para os ouvirem em silêncio, sozinhos, à noite. Confesso que fiquei espantado. O grande rei de Israel era, de verdade, um músico excepcional, e havia, seguramente, seguido partituras, ou compostas por ele mesmo ou por alguns de seus colaboradores na corte da qual era o rei.

Chamei Montes para ele se deleitar comigo, e ele prontamente comprou alguns discos de Davi, que eu não sei se ainda existem na coleção que ele deixou à família, quando partiu deste mundo para uma das moradas de Deus Nosso Senhor. Eu, que me interessava pouco por música, por não ter cultura musical, – não se pode acumular tudo no cérebro e no coração – não comprei um disco, nem mesmo por curiosidade, para fazer presente a uma de minhas cunhadas na época, pois todas eram protestantes e da alta direção da Igreja Presbiteriana.

Foi por ter participado desse episódio, de resto por mim criado, que assisti à conferência que o professor Odilon Nogueira de Mattos proferiu na Academia Paulista de Letras, há poucas semanas, sobre a música sacra, em todos os tempos. Conversando, com ele, sobre o tema, perguntei-lhe sobre Davi e como ele compunha, se não havia partituras da época, ao menos nos museus que visitei, inclusive em Israel, embora não tivesse disposição para perguntas sobre música aos funcionários que vigiavam o acervo durante as visitas dos turistas interessados na música sacra. Mas, no caso de Davi, a minha pergunta ao professor Odilon Nogueira de Mattos era simples curio-

sidade, sobretudo porque, sendo ele um protestante, me informara que já existem bíblias com os Salmos de Davi com partituras à venda nas casas especializadas. Assisti à conferência, e dela fiquei encantado, pela notável erudição do orador conferencista, como pelo assunto por ele tratado, a música sacra através dos tempos. Este é um tema de conferência que precisaria ser acompanhado por um piano, que tocasse as partituras ou, mesmo, por uma harpista de notória competência para trazer do fundo dos milênios a obra de Davi até os contemporâneos. Segundo o professor Nogueira de Mattos, em várias igrejas protestantes são tocadas as músicas dos Salmos, sendo, consoante afirmação dele, extraordinariamente aceitas pelos crentes modernos. Não duvido, evidentemente, e procurarei, um dia, previamente combinado com um crente, ouvir a composição do rei Davi, rei de Israel, a meu ver, com Salomão, o maior rei de Israel.

Ofereço o texto do professor Odilon Nogueira de Mattos aos nossos leitores, para que neles seja despertado o interesse pela música clássica erudita e religiosa, numa época em que o deplorável rock, na área popular, e outras músicas na área erudita, comprometem o gosto do aficionado pela música, a mais perfeita das artes, a única arte que não concorda com uma só nota em falso. Está, pois, entregue aos leitores da *Revista Brasileira* o texto do professor Odilon Nogueira de Mattos, para que correspondam, interessando-se pela música religiosa. Poderá ser esse o caminho da reconciliação do homem com seu semelhante, o irmão do Evangelho, pois estamos declinando para um patamar altamente perigoso, o de sermos todos desafetos um do outro, numa sociedade que se tornará um caldeirão de crimes, como, ao parecer, estamos indo nessa direção.

Se Davi, rei de Israel, foi músico, obedeceu a uma vocação, tendo os Salmos como o fundamento de suas criações musicais e, também, ou principalmente, religiosas. Mas é de se supor que os templos onde o grande rei tocava estivessem repletos de fiéis, que não só queriam ouvir a palavra do pastor como a criação do artista. E se essa música nos veio até hoje, como o provou o funcionário da casa comercial de Nova York, foi para nos encantar e nos

subjugar a um poder mais alto, o mais alto poder, que criou o céu e a terra. A música pode fazer milagres. É o que nos leva a deduzir de uma composição o trabalho de alta cultura do professor Odilon Nogueira de Mattos. O milagre da confraternização, da paz, da confiança em Deus.

❧ IO ANOS SEM AMÉRICO
JACOBINA LACOMBE

Mesa-redonda realizada na Academia Brasileira de Letras, em 8 de maio de 2003, com a participação dos Acadêmicos Lêdo Ivo, Marcos Almir Madeira, Tarcísio Padilha e do Professor Arno Wehling.



Américo Jacobina Lacombe
(1909-1993)

Américo Lacombe: o sentido de uma cultura

MARCOS ALMIR MADEIRA

Num 7 de abril de 1993 perdia esta Casa a companhia de Américo Jacobina Lacombe já se vão dez anos, um mês e um dia – e a Academia não estranhará esta minúcia, até porque bem sabe que ninguém terá sido aqui mais meticoloso do que nosso ilustre Jacobina, ávido sempre de exatidão, de precisão, de correção, assim em livro como na vida. Vida digníssima. Vou resumi-la quanto possa. Ele viu a primeira luz em cidade de nome carregado de inspiração religiosa; inspiração que marcaria toda a sua vida: nasceu em São Sebastião do Rio de Janeiro. A família, culta e católica, foi-lhe um exemplo; bebera nas mais puras fontes de cultura e humanismo. E humanismo e cultura, àquele tempo, eram brilhantes incrustados no mesmo ouro. A idéia de seleção intelectual entrelaçava-se na idéia mesma de formação humanística.

Américo Lacombe sorveu o mel dessa filosofia, produtora do conceito aristocrático de elite, que sociologicamente já se poderia consi-

Professor, sociólogo e ensaísta, desenvolveu atividades no magistério e em funções públicas, na área da educação e cultura. Publicou *A ironia de Machado de Assis e outros temas* (1944), *Posições vanguardistas na sociologia brasileira* (1973), *Fronteira sutil (entre a sociologia e a literatura)* (1993), *Oliveira Vianna – vulnerabilidades da crítica* (1999). Presidente do PEN Clube do Brasil. Palavras proferidas na Academia Brasileira de Letras, na mesa-redonda *10 Anos sem Américo Jacobina Lacombe*, em 8/05/2003.

derar, ainda mesmo àquela época, um conceito unilateral. A democratização da escola e por isso mesmo da cultura repercutia no espaço social como ressonância de um boato. Fosse como fosse, meu ilustre antecessor educou-se para uma sociedade que pautou as realizações da inteligência na linha de altitude, de polimento e de austeridade; aquela austeridade que vinha a ser a própria elegância da sabedoria. Bem principalmente a sabedoria de transmitir modelos.

Na constelação doméstica, cintilava a estrela guia, o bisavô magistrado, Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, que exercera a presidência do Supremo Tribunal de Justiça. O avô, Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, primo e amigo de Rui Barbosa (nem todo primo é amigo), tornara-se doutor em Ciências Físicas e Matemáticas pela Universidade de Coimbra e bacharel em Filosofia pela Sorbonne, onde um dos seus colegas chamava-se Antônio Gonçalves Dias...

O pai era Domingos Lourenço Lacombe, de estudos de Humanidades seriamente feitos no Liceu Condorcet, de Paris. Seu professor de inglês: um certo Mallarmé... Um dos seus colegas: Henri Bergson; do casamento com a educadora Isabel Jacobina nasceu, além dos filhos em carne e osso, o Colégio Jacobina, onde me prezo de revelar que estudou minha filha primogênita.

O Jacobina era todo um espírito de família. Luís Viana, em discurso nesta Casa, e Homero Senna, em conferência no Instituto Histórico, já haviam comentado que Américo Lacombe cresceu dentro de um colégio, onde fez os primeiros estudos, sublinhou Homero Senna, “orientado por sua mãe, notável educadora”. Eis aí a ambiência intelectual; o clima moral, as sugestões de ordem vocacional e cívica teriam de fazer do jovem Américo um conservador; ele tinha o que conservar – tinha o que perder. E isso daria a compreender mais tarde o culto quase religioso da criatura pelas criações do passado. Terá sido historiador à sombra da árvore genealógica? Por impulso doméstico, familiar? É a pergunta que entrego à Academia.

De toda maneira, o que importa ao País é a seriedade da sua obra; é seu acuro, o zelo no expediente da pesquisa, a segurança e lisura no processo conclusivo. Era a negação do afoito; decerto por isso, historiador em profundidade. É claro que não trabalhava com pressupostos; não o comprometia nenhuma ar-

rière pensée – ia ao subsolo dos fatos. Ou mergulhava no passado brasileiro com tenacidade de escafandro, como se quisesse, no fundo do tempo, apalpar coisas, épocas, acontecimentos, instituições. Sua meta, fruto do próprio gosto pessoal, era ver a história viver, obreiro, que sempre foi, daquela *living History* de Toynbee, com as suas raízes no sólido, no agudo Fustel de Coulanges e em tantos mais, consideradas apenas as diferenças de forma ou estilo.

A bem pensar, por mais extravagante ou paradoxal que possa parecer, havia nele uma espécie de impressionista da historiografia; um impressionista diferente, a seu modo. Sim, porque foi, em essência, um visualista do fato histórico, apaixonadamente empenhado em conferir a crônica do pretérito, a história em livro, com o documento na mão; por excelência, um documentalista. Mas o interesse pelo documento não era evidentemente, no seu caso, um sucedâneo da paciência maníaca dos filatelistas, à procura de raridades; a verdade final é que Lacombe, como ia eu aventando, parafraseava sem querer os escritores franceses filiados ao impressionismo. Aquela divisa – *Ecrire pour les yeux* – ele parecia ajustar à sua metodologia: *rechercher pour les yeux*. A mim mesmo me ocorreu dizer-lhe que a sua tríplice residência psíquica ele a havia fixado em nosso Arquivo Nacional, no Instituto Histórico e na Torre do Tombo, de Lisboa. Sorriu a seu jeito, um meio de concordar sem dizer. O silêncio, nele, era muitas vezes uma forma de discrição conceituosa, um gesto de convergência implícita. Não abraçava desde logo as idéias como era também econômico nos abraços a pessoas. Sem me inclinar à conclusão de que era furreta no carinho, dou-me a crer que tinha um como que pudor do próprio afeto. Repetiria ele o exímio parnasiano, um dos fundadores desta Casa, o grave Alberto de Oliveira, para dizer-nos que “jamais abriu seu coração em público”?... Não, não terá sido assim. O que há é que a sua afetividade e suas intenções carinhosas vinham nos atos, antes que nas exteriorizações da ternura física. E não estaria assim preservando das expansões vulgares, do automatismo de certas práticas, ou praxes, a própria essência da afetividade? O certo, senhores Acadêmicos, Vossas Excelências bem sabem: um afetivo era Lacombe; efusivo é que não era. Reflita-se sobre o claro exemplo, que deixou, de amor à

sua igreja. O marido extremoso, orgulhoso das virtudes de sua mulher, e o zeloso pai de cinco filhos deram as mãos ao paroquiano irrepreensível. E os netos? Nas visitinhas domingueiras, quantas vezes lhe suspenderam a austeridade e a velhice, se é que não as desmoralizaram carinhosamente?

Uma das características de Lacombe era a fidelidade às idéias, o que explica a sua continuidade de conduta, no plano político inclusivamente. Não era homem de intervalos morais. E no comportamento do historiador isso se reflete claramente. É freqüente na sua obra a decisão de retificar, para condenação final, o que lhe parecesse afirmação de má-fé ou pesquisa falseada, tendenciosa. Nem sempre será possível aceitar suas conclusões; mas impossível será negar que na ciência do historiógrafo palpita a consciência do homem sério.

Assim em toda a sua obra: *Mocidade e exílio* (anotações e prefácio à correspondência de Rui Barbosa); *Um passeio pela História do Brasil*; *Introdução ao estudo da História do Brasil*; *À sombra de Rui Barbosa*; *História do Brasil*; *A obra histórica do Padre Hoonnaert*; *Relíquias da nossa História*; *Ensaio brasileiro de História e Afonso Pena e sua época*. Este último rebento da sua produtividade, a crítica o erigiu em obra *mater*. “*Com razão e motivo*”, como garantia o padre Manuel Bernardes. É que o livro não perfaz uma biografia como tantas outras; não é, tão-só, o perfil de um homem de Estado, senão também de um estágio da política e da administração da República — livro que junta densidade e agudeza. Foi sua obra cardeal.

Mas de interesse todo especial para a Academia terá sido, por certo, a presença do escritor no historiógrafo. Em não poucos dos seus ensaios, são fortes as vigas da construção literária e sobre elas acabou instalando peças de leveza e graça. Sua comunicabilidade na palavra escrita vem exatamente de um certo despojamento artístico. Sim, porque simplicidade também é arte, desde que não configure um mero truque literário, que o leitor de logo percebe, já que identifica no processo esse pitoresco paradoxo de afetar naturalidade. Não. Lacombe era escritor comunicativo, elegantemente comunicativo ou sugestivo, porque intrinsecamente simples. E a sobriedade, fruto da sua austeridade orgânica, aviva nele a figura do escritor desatado de compromissos com o frassismo ou a verbiagem, embustes que respondem pela incidência de uma dema-

gogia literária. E meu caro antecessor, antítese plena do demagogo na vida, deixou-nos exemplo de sinceridade na página. Por isso, era não raro um historiador dialógico. Tudo porque esse historiador severo era aquele escritor liberal, descontraído, fácil. Veja-se, por exemplo, seu livro, dos mais conhecidos, cujo poder de comunicação começa literário no título ameno, convidativo, de sabor turístico: *Um passeio pela História do Brasil*. Logo, num dos ingredientes do seu processo literário, lamenta reconhecer que se “espantam” os estrangeiros “Logo ao primeiro contato com a história brasileira”, “marcada pelo signo do acaso... circunstâncias fortuitas, aventuras... tudo terminando por um príncipe meio desequilibrado que se revolta contra o pai, por simples teimosia, funda um império de brinquedo... passa tudo a um filho sisudo e respeitado... despedido por militares sôfregos que estabelecem uma república, cansados de monotonia”. Não podendo revogar a realidade ou impugnar o depoimento dos fatos, o historiador Lacombe, por um atraente mecanismo de compensação, refugiou-se – e impôs-se – no Lacombe escritor, visível no humor do estilo crônico, a apresentar-nos, dentre outras coisas, “militares cansados de monotonia”.

Já quando recorda, no mesmo *Um passeio pela História do Brasil*, a figura do Infante Dom Henrique, o escritor cronista, num desdobramento da personalidade literária, transfigura-se em prosador de corte poético. E quase lírico, dá-nos esta frase azul-rei: “Poucas vezes a humanidade contou com exemplares desta espécie, reunindo a cultura de um sábio, a vontade de um herói e a crença de um santo.” Como arranjo verbal, senhores Acadêmicos, seria de concluir que é perfeito o jogo rítmico do período, que poderemos ler como uma pauta melódica. E esse sentido de harmonia na composição do pensamento escrito sensibilizava, de fato, o escritor que me tocou substituir.

No estudo sobre Afonso d’Escragnoille Taunay, quando lhe analisa o estilo, o ponto em que se concentra é aquilo a que chamou, bem literariamente, o “arredondamento dos períodos”. E o mais interessante: um tal “arredondamento”, ele não só o considera uma resultante de “gosto musical” do autor, como a isso atribui o fato de não haver cacofonias na sua prosa. Para esses detalhes converge expressivamente a atenção do ensaísta. É que a consciência do escritor repelia fealdades sonoras, choques silábicos incômodos.

Essa fidelidade a certos padrões de arte literária o acompanha em toda a sua obra. Um dos seus volumes, em que a cogitação estética mais se acentua, creio que vem a ser o último editado pela própria Academia, na Coleção Afrânio Peixoto. A publicação recente é mais uma confirmação auspiciosa das excelentes relações entre o historiador e o escritor. Mas esse escritor não é apenas expressão de uma estética ou de um certo tipo de simpatia verbal, na armadura do texto; estética não apenas expressão na trama da ironia, do humor, ou na busca de clareza e leveza essenciais, senão ainda na manifestação de uma eloqüência que não extravasa e por isso mesmo conquista.

Atente-se nas meditações que nos legou no seu último livro, sobre o estudo da História. Comentando a distinção, que lhe pareceu “sutil e provocadora”, entre o *verdadeiro e a verdade* (distinção que ficamos devendo a Alfred de Vigny), aproveitou Lacombe a filosofia do nobre francês para ajustá-la ao trabalho de perquirição dos historiadores. “A verdade”, diz o meu predecessor, “é um simples ente de razão, sem vida, sem conseqüências. O verdadeiro é uma realidade humana, sopro e sangue, cicatrizes e ressentimentos.” A verdade “não move uma palha”; o verdadeiro “move massas humanas, derruba governos, destrói nações, inaugura novas eras”.

Há nesse lance literário uma nítida mostra de eloqüência do pesquisador que também vibrava, espiritualizando o seu material, os documentos, os papéis... Há o escritor.

Numa das nossas últimas conversas, resumi para o sempre douto Lacombe algumas reflexões sobre Rui e a nossa Constituição de 91. Ele me olhou meditativo e opinou: – “Você tem razão.” Depois, num dos seus ultimatoss afetuosos (só não me deu prazo), sensibilizou-me com este remate: – “Reúna logo essas idéias num ensaio.” E foi andando, muito a seu jeito, sem se despedir. Mas voltou de repente; voltou, sorrindo de lado (isso era dele). E tirou da memória o seu Mallarmé: “Tudo existe para acabar num livro.” Por fidelidade à fonte (também dele era isso), expandiu-se em francês, agitando o indicador quase no meu rosto: “Tout existe pour aboutir à un livre.”

Hoje, aqui fica a palavra de saudade; com ela, a de uma admiração antiga e sempre nova.

Um velho anjo aposentado

LÊDO IVO

Américo Jacobina Lacombe tinha o dom da dádiva e da partilha.

Este era a meu ver o traço fundamental de sua personalidade intelectual e humana – uma personalidade nobre e até rara, e que fez dele um dos nossos companheiros mais queridos.

A atividade intelectual geralmente conduz ao egotismo, stendhaliano ou não, e ao egoísmo. Para cada praticante cultural, o centro do mundo é, confessadamente ou não, o seu próprio umbigo.

Não era o caso de Américo Jacobina Lacombe.

Ele foi um servidor, e da mais alta estirpe. Foi um guardador e zelador de tesouros.

A sua ação intelectual se revestia sempre desse imperativo de servir – a si mesmo, aos outros, à sua comunidade e ao seu país – que Goethe sempre aliou ao processo de viver a própria vida.

Como servidor, ele serviu, ao longo de sua existência límpida e exemplar, clara como as águas mais claras, a três grandes instituições

Poeta, romancista e ensaísta, publicou, entre outras obras, *As imaginações* (1944), *As alianças* (1947), *Finisterra* (1972), *Ninbo de cobras* (1973), *Mar Oceano* (1987), *Curral de peixe* (1995), *Noturno romano* (1997), *O rumor da noite* (2000), livros de ensaios, contos, crônicas, autobiografia, literatura infanto-juvenil e traduções.

nacionais: a Casa de Rui Barbosa, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a esta Academia.

Como já disse, o egoísmo é uma das fatalidades da vida intelectual. Todos, ou quase todos nós, estamos continuamente voltados para nós mesmos, para as nossas ferrenhas afirmações pessoais e para as nossas ambições e ilusões.

Américo Jacobina Lacombe desmentia essa evidência em sua atuação cultural e na vida social.

Era modesto, mas não exibia essa modéstia ostensiva que dá na vista. Era uma modéstia que se escondia a si mesma, para não se fazer notar e não se converter em fanfarra.

Grande historiador e profundo conhecedor de nossa História, ele não fazia alarde de seus saberes. Bem-nascido e aristocrático, sabia caminhar silenciosamente.

Nosso saudoso companheiro Afonso Arinos de Melo Franco costumava dizer-me: “Nunca recorri a Américo Jacobina Lacombe sem ser informado, esclarecido ou recompensado. Se ele não sabe determinado fato da História do Brasil, é pela simples razão de que esse fato não ocorreu. Ele só não sabe o que não houve.”

Apesar de toda a sua vasta e escrupulosa informação histórica, Américo Jacobina Lacombe não nos deixou o testemunho gráfico de uma História do Brasil de sua autoria.

A grandiosa História do Brasil que estava, completa e irretocável, em seu espírito e em sua memória, ele preferiu doá-la, ao longo de sua vida, aos seus companheiros e amigos, aos seus discípulos, aos investigadores e pesquisadores que, durante meio século, o procuravam nesse grande laboratório de cultura humanística que é a Casa de Rui Barbosa – instituição que ostenta o emblema de sua presença seminal, de sua vigilância e do seu zelo e devotamento.

Embora filiado à corrente da História factual e cronológica, Américo Jacobina Lacombe contribuiu de forma decisiva, tanto na Casa de Rui Barbosa como no Instituto Histórico, para o estabelecimento da nova visão filosófica da História – a história da vida cotidiana, da vida secreta e escondida da Pátria,

e que se elabora nas correntes subterrâneas da nacionalidade – adotada por muitos dos seus jovens companheiros de convívio e pelos consulentes que, vindos de longe, até do Exterior, tiveram o privilégio de serem guiados pela sua mão firme e exata.

Aliás, os que leram os livros deixados por Lacombe, sobre Rui Barbosa, Afonso Pena e episódios da nossa História, sabem da atração que sobre ele exerciam as figuras secundárias do processo político e social. Ele amava espiolar a vida de certos conselheiros e até de fâmulos do Império, como se estes fossem portadores de um segredo essencial capaz de iluminar a História. E, para ele, cada documento que as traças e os ratos esqueceram de roer era uma pista autorizada para conduzi-lo até à beira do tesouro escondido.

Fui duas vezes amigo e companheiro de Américo Jacobina Lacombe: nesta Casa, no encontro semanal que nutre a nossa vocação comum para o convívio, e na Fundação Casa de Rui Barbosa, na qual ingressei, durante o governo do Presidente Itamar Franco, guiado simultaneamente por duas mãos – à esquerda, e sem qualquer conotação ideológica, a mão do nosso companheiro e então ministro da Cultura Antônio Houaiss, e à direita, a mão de Américo Jacobina Lacombe.

Neste momento de evocação, volto a vê-lo, como acontecia habitualmente, atravessando o jardim da Casa de Rui Barbosa, pousando nas flores e pássaros os seus olhos claros de descendente de francês. Eu tinha a sensação de estar vendo um velho anjo aposentado, embora saiba que os anjos são sempre radio-samente jovens e jamais se aposentam.

Mas é a imagem que me ocorre, e que guardarei na memória, e não desejo sonegá-la nem escondê-la neste instante de saudade.

BIBLIOTECA DO PENSAMENTO VIVO

AMÉRICO J. LACOMBE

O

PENSAMENTO VIVO

DE

RUI BARBOSA

IVRARIA MARTINS
EDITORA

Américo Jacobina Lacombe: historiador-humanista

TARCÍSIO PADILHA

Há dez anos desapareceu um dos mestres na arte de narrar e de interpretar, com precisão e leveza, os fatos relevantes de nossa História. É o momento de recordar-lhe a trajetória.

~ Traços biográficos

Filho de Domingos Lourenço Lacombe e Isabel Jacobina Lacombe, Américo Jacobina Lacombe nasceu no Rio de Janeiro, a 7 de julho de 1909. Sua genealogia abrange vultos que tiveram marcante atuação na vida social brasileira. Seu bisavô – o Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira – foi presidente do Supremo Tribunal de Justiça, tendo deixado valioso livro de reminiscências – *Memórias de um magistrado do Império* –, publicado na Coleção Brasiliana, com preciosas notas do bisneto. Seu avô – Antônio de Araújo Ferreira Lacombe – primo e grande amigo de Rui Barbosa, era doutor em Ciências Físicas e Matemáticas pela Universidade de Coimbra e bacharel

Professor, ensaísta, filósofo. Autor de *A ontologia axiológica de Louis Lavelle* (1955), *Filosofia, ideologia e realidade brasileira* (1971), *Brasil em questão* (1975), *Uma ética do cotidiano e História e filosofia* (1999). Palavras proferidas na Academia Brasileira de Letras, na mesa-redonda *10 Anos sem Américo Jacobina Lacombe*, em 8/5/2003.

em Filosofia pela Sorbonne, tendo sido condiscípulo, em Portugal, de Gonçalves Dias. Seu pai, Domingos Lourenço Lacombe, que fez estudos de humanidades no Liceu Condorcet, de Paris, foi aluno (de inglês) de Mallarmé e teve como colega ninguém menos que o jovem Henri Bergson. Voltando ao Brasil, casou-se com Isabel Jacobina, fundadora do tradicional Colégio Jacobina, no Rio de Janeiro.

A influência marcante que Lacombe teve foi a presença no círculo familiar de Rui Barbosa, primo em terceiro grau de sua avó, que era recebido por ela como um irmão. Ela faleceu quase aos noventa anos e Lacombe já tinha, na ocasião, 24.

Um dos fatos pitorescos na vida de Lacombe é a presença do número 7. Nasceu no sétimo dia do sétimo mês, sendo o sétimo filho numa família de 7 irmãos. Tinha 7 letras no nome e 7 no sobrenome. A letra inicial do nome de mulher – Gilda – é a sétima letra do alfabeto. Teve cinco filhos que com os pais compunham sete pessoas na família. Seu falecimento no dia 7 de abril veio acrescentar mais um 7. Esta lista é pequena em relação à que ele enumerava mostrando uma incidência muito maior do que a aqui mencionada. Todas as vezes em que viajou de navio a cabine tinha sempre o 7 como um dos algarismos. Numa ocasião recebeu a cabine 42 e já se preparava para se instalar quando o comissário chamou-o e disse-lhe: “Sr. Professor, houve um engano, sua cabine é a de número 77.”

~ Obras principais

Como historiador, além de numerosos ensaios, memórias, monografias e trabalhos de menor monta, publicou: *Mocidade e exílio, correspondência de Rui Barbosa*, por ele prefaciada e anotada (1934); *Um passeio pela História do Brasil* (1943), obra depois revista e editada com o título *Resumo da História do Brasil*; *Introdução ao estudo da História do Brasil* (1974); *À sombra de Rui Barbosa* (1978); *História do Brasil* (1979); *A obra histórica do Padre Hoonart* (1983); *Relíquias da nossa História* (1988); *Ensaios brasileiros de História* (1980) e o trabalho que seria sua obra-

mestra — *Afonso Pena e sua época* (1986). Isto sem mencionar os dois compactos volumes do Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa, bíblia daqueles que se dedicam aos estudos ruianos.



Se houve presença de elevado corte no itinerário de Lacombe foi incontavelmente a de Rui Barbosa. A par de seu monumental trabalho de preparo e elaboração das Obras Completas do escritor baiano, vale realçar o lugar especial que lhe destinou o historiador patricio na galeria dos grandes nomes do Brasil.

Lacombe explora com talento a polêmica travada em torno do segundo presidente da ABL. E escreve: “Em torno da vida e da obra de um vulto solar é possível, e útil fazer o estudo de uma época.” Sustenta o aureolado historiador que os que negam valor a Rui Barbosa trabalham para exaltá-lo. Dizem, por exemplo, que ele não foi o maior jurista do País, mérito que pertenceria a Teixeira de Freitas; nem o maior escritor jurídico, galardão que se ajusta ao perfil de Lafayette Rodrigues Pereira; nem foi o maior advogado, qualificação devida antes a Nabuco de Araújo, dentre outros; teria sido o primeiro orador? Certamente o foi Gaspar Silveira Martins; no abolicionismo, o troféu se encaixa no vulto solar de Joaquim Nabuco. E, quem sabe, Rui teria sido o maior de nossos escritores? O próprio Rui se encarrega de reconhecer a primazia de Machado de Assis, que, segundo o polígrafo baiano, “prosava como Luís de Souza e cantava como Luís de Camões”.

O civismo por igual vê os primeiros postos conferidos a outros vultos, como Evaristo da Veiga, Quintino Bocaiúva e Alcindo Guanabara. A filologia vê salientado o valor de Said Ali e de Mário Barreto; a erudição é ocupada por João Ribeiro; a polêmica, com Carlos de Laet; a política externa proclama as virtudes inigualáveis do Barão do Rio Branco e, finalmente, o grande estadista teria sido José Bonifácio.

A polêmica, no caso, revela a magnitude de Rui, no justo entendimento de Lacombe. Quem levantou tais discussões e com tamanho ardor: somente uma figura estelar de nossa cultura, um homem capaz de brilhar em todos os domínios da vida intelectual, da atividade política como um genuíno mestre da língua, modelo de todos nós. Eis o Rui de Lacombe, o Rui de nossa História, o Rui permanente, referência ímpar em nosso cenário.

Assim se explica a criativa administração da Fundação Casa de Rui Barbosa, por décadas dirigida por Lacombe, que lhe deu tal dimensão que, hoje, é um centro modelar de documentação e de pesquisa freqüentado por milhares de estudiosos da obra do grande brasileiro. E quem tanto lhe cultivou a memória e lhe assegurou, com a edição das Obras Completas, lugar no Panteão da Pátria, merece o nosso perene louvor.

Josué Montello escreveu sobre Lacombe: “...a despeito do gosto da pesquisa, e do amplo domínio dos temas que estudava, nasceu para limitar-se ao pendor para a anotação erudita, o comentário elucidativo, a retificação minuciosa, de que constitui exemplo a coletânea de cartas de Rui, que reuniu no volume *Mocidade e exílio*, da Coleção Brasileira. [...] Pertencia ele, assim, à linhagem dos grandes escoliastas. Aquele que, anotando os clássicos gregos e latinos, soube fazer do pé da página e do estudo introdutório a sua sala de aula, no mais alto nível da lição universitária.”

~ A formação

Um fato marcante a ser assinalado foi o seu vínculo com o CAJU. Os amigos da vida toda eram os seus colegas do importante grêmio universitária. Dentre os mais chegados, lembramos Santiago Dantas, Antônio Gallotti, Carlos Flexa Ribeiro, Salvador Pinto Filho, Vicente Chermont de Miranda, Plínio Doyle, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Gilson Amado, Thiers Martins Moreira e Hélio Vianna. Fazia parte do CAJU, também, Otávio de Faria, o autor da monumental obra que compõe a *Tragédia burguesa*. Esta amizade é um fato dos mais significativos, não só pela sua raridade ao

longo de tantos anos, como pelo fato de que tais intelectuais divergiram, muitas vezes ideologicamente, sem nunca perder a grande amizade, que para eles era o bem mais precioso. Lacombe dizia sempre que era indispensável respeitar o pensamento e as atitudes de todos os homens de bem, mesmo que não estivéssemos de acordo com eles.

Manifestou expressiva admiração por Fernando Pessoa, Manuel Bandeira e por Carlos Drummond de Andrade, com quem se encontrava com muita frequência, especialmente no Sabadoyle.

Revelou grande conhecimento da literatura francesa, citada sempre que havia uma oportunidade, especialmente Anatole France, Balzac, Voltaire, Flaubert, François Mauriac, Maupassant, Proust, Corneille, Racine, Molière e outros, além dos russos do século XIX: Tolstoi, Dostoievski, Tchekov e Merejkovski, que leu nas traduções francesas. Revelava um conhecimento menos completo da literatura inglesa e americana, embora tenha lido os clássicos da língua inglesa: Shakespeare, Oscar Wilde, Aldous Huxley e outros.

Seus romancistas preferidos da língua portuguesa eram certamente Machado de Assis e Eça de Queirós. De Machado de Assis os contos preferidos eram “O caso da vara”, “A missa do galo” e “Noite de almirante”.

~ O historiador

Lacombe discerne os dois momentos nucleares para a inteligência do fenômeno histórico: a atualidade, a ser objeto de estudo de sociólogos, economistas e políticos, e o passado, que há de merecer a atenção especial do historiador. “Ninguém pode libertar-se de sua formação histórica. Como não nos libertamos de nossas heranças biológicas, nem nos podemos alhear dos influxos da educação, das leituras”, sentenciou o historiador pátrio.

Lacombe foi um historiador-humanista, ou seja, foi um autêntico historiador, pois nenhum cultor da História pode desconsiderar a diversidade de saberes de que pende sua compreensão da complexidade do fenômeno histórico.

Raymond Aron com razão afiança que a História exige uma ampla formação. Cuidamos que a História é o estuário por onde circulam os saberes de tal maneira que, praticamente, nenhum ramo do conhecimento deixa, em algum momento, de penetrar no tecido histórico. Ciências exatas, humanas e sociais, artes, crenças, valores, filosofia, teologia, lendas e mitos, ritos e, mesmo, às vezes, o recurso ao imaginário integram o desmesurado domínio que parece abarcar a totalidade do saber possível.

Lacombe soube conciliar as virtudes do pesquisador cuidadoso com a fidelidade às fontes e a visão global da História do Brasil, sublinhando especialmente a unidade nacional. Neste sentido, deixava-se impregnar por um rigoroso senso crítico dos documentos, sempre servido por precisa metodologia, em que as críticas interna e externa invariavelmente se conectavam com a heurística. A crítica externa é reveladora do quanto cabe ao historiador palmilhar estradas outras que não as que se apresentam mais diretamente à sua consideração.

Pondera o historiador que pretender seccionar a continuidade histórica é negar-lhe a base de sustentação. Serve de exemplo Napoleão, ao declarar responder pelos atos de Clóvis, de Carlos Magno e tantos outros que pavimentaram o traçado da História. Ou seja, somos responsáveis e continuadores, de certa forma, dos que nos precederam e ajudaram a cinzelar o nosso perfil histórico. Peter Geyl assenta que “a História é uma força ativa nas lutas de cada geração e o historiador, através de sua interpretação do passado, consciente ou meio inconscientemente, talvez inconscientemente, participa delas, para o bem ou para o mal”. Esta nítida visão do peso do passado, de que nos fala Bergson, está sempre presente na urdidura da trama histórica, no sentir erudito e fundamentado de Lacombe em sua peregrinação pelo domínio complexo da História.

Lacombe realizou o prodígio de harmonizar a experiência com o conhecimento. Deu ao empirismo o posto que lhe compete na tessitura histórica e atribuiu ao conhecimento a consistência que lastreia a facticidade e lhe empresta sentido. Esta simbiose é de difícil praticagem, mas Lacombe, com seu olhar de humanista, alcançou o resultado raramente encontrado nos fastos de nossa história.

~ Nossa história

Há no Brasil uma espécie de tensão dialética entre centralização e descentralização. Para Lacombe, “desde o primeiro momento da colonização, a História do Brasil passou a girar em torno do problema centralização-descentralização, num movimento pendular que vem até nossos dias. Trata-se da conciliação entre os dados de um problema peculiarmente administrativo – diversidade e unidade, e que se contrapõe com um problema de política universal – liberdade e autoridade”.

Com a centralização, revela-se a idéia de erguer um império, o governo geral, o vice-reino, o reino unido, o estado novo, o jansmo, o regime militar. Daí o regimento dos governadores, as leis pombalinas, a constituição imperial, a lei da polícia de 1841, a centralização de 1930, a Constituição de 1967, o DASP, a Reforma Tributária de fins dos anos sessenta.

O descobrimento do Brasil não constituiu mero acaso, mas “um episódio da epopéia das navegações portuguesas”. Um povo “leva um século em estudos [...] certo de que só [...] os descendentes remotos irão colher os frutos desta tenacidade”. [...] “o maior propulsor desta grave empresa é um misterioso e lendário príncipe, o Infante Dom Henrique.”

“Poucas vezes a humanidade contou com exemplares desta espécie, reunindo a cultura de um sábio, a vontade de um herói e a crença de um santo.”

15.000 homens em 60 navios saíram de Portugal e aportaram no Brasil em 22 de janeiro de 1808.

D. João VI se houve com particular acuidade na condução dos interesses portugueses ante a invasão napoleônica. Tentou habilmente manter o seu país no novo continente. Buscou o apoio inglês, de contínua valia para o nosso país.

Para Lacombe, os ingleses representaram invariavelmente o suporte de nossa evolução histórica. É dele a assertiva do livro *Um passeio pela História do Brasil*:

“Foi sob a bandeira inglesa [...] que o Brasil viu chegar ao seu solo – num momento em que tudo prenunciava horríveis convulsões – o símbolo de sua unidade e de seu progresso na pessoa de um rei.

“Foi sob o prestígio da mesma bandeira que conseguimos [...] entrar, pela mão de Canning, no concerto das nações.

Foi voltado para a Inglaterra que o Brasil – pelos seus maiores estadistas – conseguiu um ambiente de paz e de ordem que lhe assegurou um período único de prosperidade e de dignidade.”

Era preciso, pois, agradar aos ingleses. Não só nas grandes coisas, como nas pequenas. Por isso, logo ao chegar à Bahia, D. João VI preocupou-se em dar aos oficiais britânicos uma boa recepção. Como a cidade vivesse na escuridão de suas noites tropicais, determinou à Câmara que os moradores pusessem luminárias e se incumbissem de melhorar o aspecto das respectivas ruas. Aquilo era *para inglês ver...*

O historiador nos fala da grandeza co-natural ao Brasil, que explica a unidade territorial ante a fragmentação à volta. Não se trata da versão de Jaime Cortesão de que somos uma ilha brasileira. A força centrípeta é maior do que a centrífuga.

Ciclotimicamente, pendemos ora para a autoridade, ora para a liberdade.

~ Preocupação religiosa

É fundamental, para lhe compreender a *Weltanschauung*, recordar os laços que uniam o historiador ao pensamento católico. Recebeu decisiva influência de Jackson de Figueiredo e do Padre Leonel Franca, S.J. O primeiro traduziu a abertura de um caminho inédito para a intelectualidade católica que, até então, não dispunha de espaço para afirmar-se. O segundo, mercê de invulgar formação, foi o inspirador maior da cultura católica em nosso país. O Rio de Janeiro se firmava como pólo gravitacional de nossa cultura. O contato de Lacombe com os jesuítas haveria de orientá-lo para sempre. Por isso, tornou-se um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a pioneira das PUCs do país. O tomismo estava em moda nos meios católicos e Lacombe lhe assimilou as bases filosóficas. O Centro Dom Vital e a Universidade Católica vicejavam como cen-

tros de irradiação da filosofia católica, através do Centro Dom Vital, a partir de 1922 (a revista *A Ordem* foi fundada um ano antes) e da Universidade Católica do Rio de Janeiro (depois PUC), nos idos de 1941.

Lacombe não aparentava temer a Deus. Por isso não receava o próximo, acolhia-o sem restrições. Da religião Lacombe absorveu a abertura ao próximo, a civilidade, a busca de compreensão das contradições em que se enredam os seres humanos. Seu humanismo estrutural guardava relação íntima com sua visão cristã do real, acessível à razão, consoante seu vínculo filosófico ao Doutor Angélico. Aqui cumpre recordar a presença de Jacques Maritain nos meios católicos, pensador que aportou em nosso horizonte cultural pelas mãos de Alceu Amoroso Lima, o líder do catolicismo brasileiro, com estuante presença em toda a América Latina. O realismo em Lacombe se alimentou reciprocamente dos fundamentos filosóficos e históricos, assim resultando em sintonia fina dos fatos com as idéias.

Lacombe cita Capistrano de Abreu ao definir Igreja, em sua expressão, como “comunidade passiva de religião”. À época, ela representava de fato um organismo administrativo. Lacombe acrescenta: “A proteção absorvente do Estado, sob a justificativa do padroado, fez com que a expansão religiosa caminhasse à sombra da política.” No momento pombalino, a Igreja se constituía num departamento do Estado. Daí a impressão do primeiro nuncio apostólico de que a Igreja lusitana respirava a atmosfera cismática. Quando fatos deixaram mais nítido que a Igreja era dependente do Estado, mas tentava com a questão religiosa dele separar-se, adveio a crise de D. Vital.

A colaboração de Lacombe à Igreja foi permanente, sempre que solicitada. Disso é exemplo o livro *A obra histórica do Padre Hoonart*. A Lacombe cabem análises importantes sobre a evolução religiosa no Brasil. Critica documentos eclesiásticos em que se preconiza “libertá-la do peso institucional e hierárquico de dezenove séculos”.

Lacombe era providencialista (*Deus providebit*). Sua Filosofia da História tinha muito de Teologia da História.

~ O professor

Outro fato relevante no percurso de Lacombe foi ter ele nascido numa família de educadores. Seu avô materno era professor da antiga Escola Central, depois Escola Politécnica. A família fundou e dirigiu conhecido colégio secundário, que durou mais de oitenta anos. Todos os seus irmãos foram professores. Lacombe foi professor universitário em diversas instituições, tendo sido fundador da Universidade Santa Úrsula e da Pontifícia Universidade Católica, além de professor do Instituto Rio Branco e da Escola de Altos Estudos da Sorbonne.

Atestando sua marca de educador é ter sido Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação aos 25 anos.

Exerceu cargos de direção na Alliance Française, como Presidente, durante quase 20 anos, na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, como Membro do Board, também durante muitos anos, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Presidente e depois Presidente de Honra e, *last but not least*, na Fundação Casa de Rui Barbosa como Presidente.

Lacombe não conseguia se despojar, mesmo na intimidade, da sua cátedra. O almoço e o jantar, com a presença de todos os filhos, desde a mais tenra idade, eram transformados em verdadeiras aulas de história, conhecimentos gerais, literatura, etc. Quando não queria que seus filhos o entendessem, falava com sua esposa em francês, recurso que teve que abandonar muito cedo, pois foi o maior incentivo que seus filhos tiveram para aprender este idioma: os assuntos confidenciais, que mais interessavam à descendência, eram falados nesta língua que os filhos passaram a dominar a partir de nove a dez anos, para compreenderem aquelas coisas misteriosas que não deveriam saber. Isto lhes permitiu ler no original os livros infantis da Condessa de Ségur e de Júlio Verne.

Nem conseguia se desligar, mesmo na intimidade familiar, da beca de professor. Durante vinte anos a família tinha duas aulas diárias de história, literatura, artes e outros temas de cultura no almoço e no jantar, momentos de reunião familiar, quase solene. Depois do jantar, a família continuava reunida, ora para

ouvir música, ora para ler os clássicos da literatura brasileira e portuguesa. Nessas ocasiões a descendência passava a conhecer as obras de Alexandre Herculano, Eça de Queirós, Machado de Assis e vários outros. As músicas mais frequentes eram as chamadas eruditas ou as populares francesas, que muito ajudaram os jovens da família a dominar esse idioma.

O afeto que normalmente os filhos de famílias bem constituídas recebem dos pais, seus filhos o recebiam de sua mãe, que compensava o distanciamento do “professor”. Um fato curioso, observado por pessoas de fora da família, é que nas fotos com os filhos ele está sempre muito sério, enquanto que nas fotos com os netos está sempre sorrindo e descontraído.

~ Conclusão

A ABL e a cultura brasileira perderam, com o seu desaparecimento, o grande historiador e sociólogo da civilização brasileira, o cidadão prestante como servidor público, o educador, o homem fiel aos seus valores ético-religiosos, o *causeur* que fazia do contato com o outro a forma usual de recíproco enriquecimento existencial.

Pranteamos sua ausência, mas queremos significar o perene apreço por sua obra ciclópica e por sua rica personalidade, aberta, culta, acolhedora, cívica e universal.



Observação: Além das obras de Lacombe, consultamos textos de Homero Senna e de Arno Wehling, publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, depoimentos de familiares do historiador retratado e o discurso de posse do Acadêmico Marcos Almir Madeira.



Introdução ao estudo da HISTÓRIA DO BRASIL

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

brasíliana

volume 350



Américo Jacobina Lacombe e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira

ARNO WEHLING

Senhor Presidente, senhores Acadêmicos, senhor Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, minhas Senhoras e meus Senhores. É uma satisfação retornar à Academia, particularmente para falar sobre Américo Jacobina Lacombe, a quem eu fui muito ligado durante quase trinta anos. Quando o Dr. Ivan Junqueira me contou, falando desta mesa, aceitei de imediato, porque é claro que eu terei muito prazer em falar de Américo Lacombe, e pensei sobre qual enfoque eu deveria dar. Há dez anos, quando o Lacombe morreu, fiz um trabalho, no Instituto Histórico, junto com Homero Senna, que foi publicado pela Casa de Rui Barbosa numa plaquete, em que eu estudava o pensamento histórico de Lacombe. Então passei a refletir sobre que desdobramento eu poderia dar, considerando

Historiador, professor da UFRJ, UNI-Rio e Universidade Gama Filho; presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Participação na mesa-redonda realizada na ABL em 8/5/2003. Este texto complementa trabalho anterior, publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, em 1993, quando do falecimento de Américo Jacobina Lacombe.

a continuação do meu trabalho sobre Teoria da História e Historiografia, que é uma das linhas que eu tenho investigado. Ocorreu-me considerar a interpretação histórica de Américo Jacobina Lacombe, vinculando-a a uma tradição hermenêutica na historiografia brasileira, um enfoque que eu não havia dado no outro trabalho.



O que se poderia denominar de linhagem ou tradição hermenêutica na historiografia brasileira remonta à obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Tanto na *História geral do Brasil* como em trabalhos monográficos, o Visconde de Porto Seguro efetivamente fundou a moderna historiografia brasileira, assentando-a sobre um sólido tripé: historista, hermenêutico e heurístico. Não apenas fundou-a, mas iniciou uma *traditio* que se prolongou pela segunda metade do século XIX e pelo século XX.

Américo Jacobina Lacombe foi um dos elos dessa corrente historiográfica. A formação pessoal e profissional de Lacombe, de certa forma, o predispsôs a essa vinculação. Era católico, por opção pessoal; não apenas formalmente católico, como tantos em sua geração, mas por vigorosa convicção que se enraizava na renovação religiosa, que por sua vez reagia ao agnosticismo cientificista, fosse ele evolucionista, positivista ou marxista do *fin de siècle* – do século XIX. Por isso, leu, refletiu e aplicou, em suas obras, os ensinamentos que foi buscar em André Frossard, Jacques Maritain, Gabriel Marcel, Hilaire Belloc, Chesterton, entre outros autores que fundamentaram a *Weltanschauung* católica da primeira metade do século XX no Brasil.

Profissionalmente, obteve formação jurídica, como todos aqueles que, interessados nos temas do homem, ainda não dispunham, em nível superior, do leque de profissões que se abriria no final dos anos 30 e 40, como as faculdades de Filosofia e de Economia. Ambos os aspectos de sua formação o predispuham, assim, a uma perspectiva hermenêutica das realizações humanas, por di-

ferentes razões. Em primeiro lugar, pelo trabalho de exegese textual, base da hermenêutica dos séculos XIX e XX, conforme ele se desenvolveu originalmente no estudo dos textos bíblicos e jurídicos. Em segundo lugar, pela definição da categoria compreensão, conceito que, com os neokantianos e sobretudo Dilthey, alcançou o status de alternativa epistemológica ao determinismo sociológico das correntes científicas.

A compreensão, em nosso autor, tinha por traço essencial a busca pela intenção do agente histórico analisado, fosse ele individual ou coletivo. Sem ter feito um estudo sistemático das categorias weberianas, onde esse tipo de abordagem recebeu grande sofisticação teórica, podemos afirmar que a técnica hermenêutica de Lacombe pressupunha a identificação dos objetivos colimados pelos sujeitos históricos, definindo-se estes, por sua vez, pelos valores que os orientavam. Da exegese tradicional à hermenêutica era um passo lógico que Américo Lacombe deu quase instintivamente, para constituir a base metodológica da sua atitude de pesquisador.

Aqui encontramos, sobretudo nos anos da maturidade de Lacombe, a influência de Raymond Aron, com a sua *Introdução à Filosofia da História*, e de Paul Ricoeur, no seu primeiro momento, o da *História e verdade*. Outra prova dessa preocupação em Lacombe – uma das mais evidentes – era a preocupação heurística, trabalho preliminar a uma competente hermenêutica.

Sua obra, implícita ou explicitamente, denota permanente preocupação com o estabelecimento e o manuseio das fontes. Conhecer os cronistas e viajantes era uma primeira etapa, à qual se seguia o estudo dos documentos arquivísticos. O trabalho do coletor de informações era para ele tarefa agradável, e não uma etapa árdua a ser vencida para chegar ao que chamou “a fase de elaboração ou de interpretação”. Tinha o gosto quase estético, e hoje quase esquecido, de *papier passer* – do peneiramento de informações que tanto podiam constituir a matéria-prima para uma análise histórica, como um substrato anedótico para o *mot d’esprit*. Era, por isso, um entusiasta das grandes coleções documentais da História do Brasil, que divulgavam, para além dos arquivos, as fontes históricas, como a dos Anais e Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, as

publicações do Arquivo Nacional e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, que ele dirigiu por muitos anos.

Ele próprio foi um impulsionador, na Casa de Rui Barbosa, da edição maciça dos textos do seu patrono, que por sua vez facilitaram a realização de importantes investigações sobre o final do Império e a República Velha.

Os fundamentos hermenêuticos, na interpretação histórica de Américo Jacobina Lacombe, caracterizados assim pela compreensão e pela atividade heurística, enraízam-se, como os de tantos outros historiadores, nas categorias historistas, conforme originadas em Vico e Herder e construídas pelos grandes historistas do século XIX. Embora Lacombe não tivesse estudado o historismo alemão em si, suas vinculações com historiadores que por ele se influenciaram, como Varnhagen, no Brasil, ou mesmo os franceses anteriores à *École des Annales* e o próprio Ranke, podem explicar a relação.

Um rápido perpassar das principais categorias historistas pela obra de Lacombe demonstrará o acerto dessa afirmação. A mutabilidade das criações do homem ao longo do tempo era a principal dessas categorias; a substância da História é a mudança e a renovação, conforme Lacombe o reconhecia. Poder-se-ia perguntar, aliás, como esse traço historista se coadunou, em seu pensamento, com a formação católica e a orientação tomista com a qual simpatizava.

No que tange à característica geral do processo, a aproximação entre historismo e providencialismo cristão não oferece maiores dificuldades, já que mudança e renovação pode significar – embora nem sempre signifique quando predomina, no historismo, o relativismo – a evolução das sociedades para a realização final de um plano divino na História.

Por outro lado, quanto à natureza mesma do objeto da História, se pensarmos como o mesmo Rui da devoção de Lacombe, que afirmava: “Tudo muda sobre uma base que não muda nunca”, então encontram-se definitivamente conciliados a ontologia cristã da História e o movimento historista do processo histórico.

Não é necessário ir à dialética hegeliana em Lacombe para conhecer em profundidade a História. Para além da explicação hermenêutica do historismo

já está a filosofia cristã da História, com sua ontologia firmemente alicerçada na teologia. Para Lacombe, o historiador enquanto tal encontra-se nos limites do historicismo. Quando franqueia os umbrais da filosofia e da teologia da História, o faz, embora sem despir-se daquela condição, enquanto intelectual e enquanto pessoa. Apenas, por uma questão ética e também metodológica, ao estilo de Raymond Aron, deve, na sua pele de historiador, respeitar as regras do jogo científico, abstendo-se de opiniões com outros fundamentos que não os teórico-metodológicos.

Não obstante, reconhece não existir a isenção total ou a neutralidade científica. E isto diz, com outras palavras, no pórtico de seu manual de metodologia, ao informar ao seu leitor, pura e lisamente, que “assumira conscienciosamente sua cadeira de História do Brasil na Pontifícia Universidade Católica”.

A mudança histórica, entretanto, não ocorria aleatoriamente de modo caótico, nem mecanicamente ao estilo determinista. Para Lacombe, a dinâmica obedecia a uma lógica interna, ou a diversas lógicas internas, simultaneamente em harmonia e em conflito. Essa lógica estava ao mesmo tempo embutida no objeto material da pesquisa – a História, o fato histórico – e impunha-se à percepção do historiador. A correlação entre ambos – a ação dos agentes históricos no passado e a capacidade perceptiva do historiador no presente – fundamentava-se numa legítima empatia pelo humano e era pautada pelo controle vigoroso das fontes de investigação.

Quando Lacombe distingue, na História, o objeto material, isto é, o processo histórico, e o objeto formal, ou seja, os procedimentos de investigação, refere-se àquele como sendo as próprias realizações humanas expressas em grandes unidades como a língua, a religião, o direito ou a arte. Tal atitude, comum aos historicistas, e que reflete também um *modo jurídico* de pensar, leva a outra, muito herderiana: a busca de um padrão, ou de padrões, espécie de termo médio que conteria a identidade de uma época, o *Zeitgeist*, padrão ou tipologia que encontramos recorrente na obra de Lacombe a propósito dos mais variados temas: da organização política ao comportamento do povo mineiro no livro sobre Afonso Pena.

Essas premissas historicistas, acordes a uma visão católica, e o recurso à hermenêutica permitiram ao nosso autor fixar algumas categorias específicas da análise histórica que se tornaram como que o eixo formal e explicativo da sua interpretação. Categorias, aliás, compartilhadas com a maioria dos historiadores desta perspectiva e que resultaram em contribuições significativas da explicação do passado.

O *Estado*, em Lacombe, era o Estado luso-brasileiro. A contribuição portuguesa na Colônia fora a de assentar as bases do governo e da justiça. E tão fundo essa noção se enraizou, que passaria a ser um elemento fundamental, para o bem e para o mal, na mentalidade brasileira. O povo brasileiro, tal como forjado em mais de quatro séculos, era “naturalmente dócil e entusiasta, não obstante a existência de subtipologias regionais, como a dos mineiros, marcados pela solidariedade, gravidade e sisudez”.

A *nação* revelava-se aspecto relevante da organização social, mas – advertência científica e também ética – a ciência histórica era universal, por natureza, sendo qualquer limitação do espaço mero artifício de abordagem. Contudo, pelo seu significado no mundo contemporâneo, a atenção do historiador dever-se-ia voltar para ela e também para entidades menores, como as regionais.

A *civilização* opunha-se culturalmente à rusticidade e à rudeza, e no contexto ocidental deveria ser associada à expansão colonial européia. A *colonização* no Brasil fizera-se em sentido aristocrático, com hierarquia de classes propiciada pela agricultura, mas marcada pela tolerância e pela admissão da mobilidade social. A *expansão territorial* foi o fenômeno mais característico da História do Brasil, mesmo quando o crescimento do país deu-se pela “violência dos bandeirantes e martírio dos catecúmenos”.

Percebe-se em todas essas categorias a perspectiva científica e também as valorações éticas do historiador. E Américo Jacobina Lacombe desejava mesmo vê-las conhecidas para, como dizia, pura e lisamente, dirigir-se ao seu leitor: seus fundamentos heurísticos e procedimentos hermenêuticos no plano do método, sua perspectiva historicista no plano da teoria da História, seu catolicismo tomista no plano da ética, da filosofia e da teologia.

Esta passagem a vôo de pássaro sobre a interpretação histórica na obra de Lacombe não estaria completa se esquecêssemos duas referências à historiografia e ao modo pelo qual o historiador constrói sua investigação. Ao lado da preocupação com as fontes Lacombe tinha grande interesse na própria história da historiografia. Sabia perfeitamente que entre o historiador e seu manancial heurístico encontravam-se outros historiadores que o precederam e foram os responsáveis pela visão, concordássemos ou não com ela, que se tinha do passado. Conhecer a historiografia era conhecer a evolução temática das questões, era identificar perspectivas e preconceitos, era entender destaques, esquecimentos e minimizações.

Isso explica a sua preocupação em identificar as linhas mestras da historiografia brasileira num trabalho para o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que compartilhou com José Honório Rodrigues. A temática historiográfica, aliás, seria recorrente em sua obra.

Outro ponto característico de Lacombe era a natureza da própria investigação. Sabia perfeitamente que a pesquisa histórica começa com uma pergunta, que traduz a tentativa de solucionar um problema, e que este problema é sempre posto pelo presente. Não precisaria ter citado Croce sobre a contemporaneidade da História, como o fez várias vezes, pois em sua obra é patente que o historiador, ou pelo menos ele próprio, vai ao passado não por um interesse saudosista ou estético, mas para compreender comportamentos humanos, individuais e coletivos, do presente. Em seu manual de metodologia tratou diretamente desse assunto, mostrando a história de Roma vista sucessivamente como roteiro para a liberdade, pelos historiadores da época áurea do liberalismo; como realizando-se no Império Romano, pelos contemporâneos do Estado autoritário; e como cenário do conflito de classes nos historiadores marcados pela sociologia do século XX, marxista ou não.

Numa época em que muitos historiadores de sua geração e da seguinte inclinaram-se para uma visão analítica e não hermenêutica da História, influenciados pela Sociologia, pela Economia e pela Antropologia, Lacombe, embora acompanhasse o movimento intelectual, sentia-se mais à vonta-

de em seu mundo hermenêutico, concentrado na compreensão das fontes históricas e nas suas categorias preferidas de explicação do passado: o Estado, a Nação, o Povo, a Civilização. E com elas deu-nos interpretações valiosas sobre o Brasil, as quais se incorporaram ao *corpus* do pensamento brasileiro sobre o nosso país.

∞ DEZ ANOS SEM CARLOS
CASTELLO BRANCO

Mesa-redonda realizada na Academia Brasileira de Letras, a 3/6/2003, com a participação dos Acadêmicos Arnaldo Niskier, Murilo Melo Filho, Affonso Arinos Filho e do jornalista Wilson de Figueiredo.



Carlos Castello Branco
(1920-1993)

Castellino: jornalista e acadêmico

MURILO MELO FILHO

Quando nasceu em Teresina, dia 25 de junho de 1920 – e já lá se vão 83 anos – o piauiense Carlos Castello Branco não podia evidentemente imaginar que seria depois mais um personagem, no extenso fabulário da nossa comum geração de jovens nordestinos nômades, que emigravam de suas terras secas, lá no Nordeste, para virem batalhar por um lugar ao sol nesta selva das grandes cidades.

Castello não podia também supor que iria pertencer a uma geração atormentada e aflita, que mal abria os olhos para a vida, e já se defrontava com as revoluções de 30, de 32 e de 35; o Estado Novo de 37, o *putsch* integralista de 38; a Segunda Grande Guerra, de 39 a 45; a primeira deposição de Getúlio em 45, sua volta triunfal em 50 e o seu dramático suicídio em 54; a derrubada de dois presidentes – Carlos Luz e Café Filho, em 55; a tumultuada posse de JK em 56; as revoltas de Jacareacanga em 56 e de Aragarças em 59 e a inauguração de Brasília em 60; a renúncia de Jânio em 61; a destituição de Jango

Jornalista, trabalha na imprensa desde os 18 anos. Como repórter político, escreveu centenas de reportagens sobre o Brasil, entrevistou personalidades do mundo inteiro e tem vários livros publicados, entre os quais *O modelo brasileiro* e *Testemunho político*. Participação na mesa-redonda realizada na ABL em 3/6/2003.

em 64; os 21 anos de governos militares entre 64 e 85; a doença, o sofrimento e a morte de Tancredo em 85; a megacrise e o impedimento de Collor em 92 e, mais recentemente, a trágica morte de Ulisses Guimarães num desastre de helicóptero.

Castello foi uma testemunha viva dessa perigosa escalada de agudas, de graves e de sucessivas crises políticas, que descreveu com a sua competência de insuperável jornalista.

Ele foi também um observador privilegiado desses últimos 70 anos, durante os quais o Brasil teve 19 presidentes da República, além de três primeiros-ministros: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima; teve cinco Constituições: a de 1934, a de 1937, a de 1946, a de 1967 e a de 1988; conheceu sete moedas: o mil-réis, o Cruzeiro, o Cruzeiro Novo, o Cruzado, o Novo Cruzado, a URV e o Real; sofreu inflação de 80 por cento ao mês e de quase 3.000 por cento ao ano.

Tive a sorte e a felicidade de ser companheiro e contemporâneo de Carlos Castello Branco durante mais de 40 anos, como jornalistas políticos, quando assistimos à época áurea da democracia brasileira, com a Câmara e o Senado aqui no Rio, ao longo da década de 50, engolfados em debates de incomparáveis tribunos, através do exercício diário de grandes talentos da oratória parlamentar:

– no Palácio Tiradentes: os deputados Afonso Arinos, Carlos Lacerda, Oscar Dias Corrêa, Adauto Cardoso, Prado Kelly, Bilac Pinto, Tancredo Neves, José Maria Alkmim, Carlos Luz, Gustavo Capanema, Luís Viana Filho, Nelson Carneiro, Aliomar Baleeiro, Vieira de Melo, Horácio Láfer, Raymundo Padilha, Soares Filho, Acúrcio Torres, Barbosa Lima Sobrinho, Abelardo Jurema, Café Filho, e tantos outros;

– e no Palácio Monroe: os senadores Hamilton Nogueira, Nereu Ramos, Milton Campos, Assis Chateaubriand, Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt, José Américo, Daniel Krieger, Mem de Sá, Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e muitos outros.

Castello era uma referência importante em todo esse cenário, honrado com a presença de inesquecíveis jornalistas, alguns hoje já falecidos, cujos nomes

declino agora com respeito e reverência: Prudente de Moraes Neto, Murilo Marroquim, Samuel Wainer, Rafael Correia de Oliveira, Odylo Costa, filho, Edmar Morel, David Nasser, Mário Martins, Doutel de Andrade e Mário Pedrosa, além dos que estão vivos, como testemunhas daqueles anos dourados vividos na Bancada de Imprensa: Villas-Bôas Corrêa, Wilson Figueiredo, Marcio Moreira Alves, Helio Fernandes, Fernando Segismundo, Moacyr Werneck de Castro e Joel Silveira, entre outros.

Castellino já exercia aí, em todos nós, uma liderança espontânea e autêntica, de poucas palavras, mas de uma enorme importância moral. Discreto, de olhos pequenos, mas vivos, tinha um sorriso calmo, no qual não mostrava os dentes.

Não tinha ódios, nem os inspirava. Nunca herdava as brigas entre os seus amigos. Tão pouco cultivava inimizades, que não tinham espaço na galáxia ou no espectro dos seus julgamentos.

Políticos e jornalistas chamavam-no carinhosamente de “Castellino”. Bastava olhá-lo para entender-se a razão desse diminutivo: era uma pessoa de formato baixo e ágil, trocando passinhos rápidos, que se deslocava com surpreendente velocidade.

Durante 54 anos ele foi, única e exclusivamente, um homem vocacionado para a imprensa, um jornalista profissional e participante do seu tempo, do seu povo e do seu país, envolvido com os dramas de um velho mundo, de um velho século e de um velho milênio, que se debatiam nos estertores de uma agonia *in extremis*, ao lado de um mundo novo, de um novo século e de um novo milênio, que terminaram nascendo, há dois anos, envoltos em grandes esperanças.



Mal chegado a Belo Horizonte, Castello era um piauiense cauteloso e reservado, que em nada fazia prever o repórter desenvolvido e o colunista ousado que viria a ser logo depois.

Começou no *Estado de Minas*, dos Diários Associados, em Belo Horizonte, durante a ditadura do Estado Novo. Certo dia, recebeu de Chateaubriand a seguinte missão:

– Meu filho, comunique ao nosso censor que ele está expulso da nossa redação, porque a censura acabou.

Castello, com sua habilidade já aí um tanto ou quanto mineira, preferiu comunicar ao Major que, no começo daquela manhã, sua função estava extinta. E gentilmente acrescentou:

– A partir de hoje, não haverá mais jornal de graça para o senhor. Se, por acaso, ainda quiser ler o nosso jornal, pode comprá-lo na banca da esquina.

Castello Branco já estava enturmado com a geração de talentos mineiros que se afirmavam, então, como grandes escritores: Otto Lara Rezende, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Hélio Pellegrino, João Etienne Filho, Edgar da Mata Machado e Wilson Figueiredo.

Lembrando-se de que era o feliz proprietário de um diploma de bacharel em Direito, formado pela Universidade de Minas Gerais, Castello chegou a abrir, em Belo Horizonte, com Oscar Dias Corrêa e Paulo Neves de Carvalho, um modesto escritório de advocacia, situado num edifício que tinha, no andar térreo, uma “Casa do Chope” (por mera coincidência...)

Porém, mais cedo do que imaginava, optou definitivamente pelo jornalismo, fiel àquela máxima segundo a qual quem se forma em Direito pode até advogar.

Em 1950, já no *Diário Carioca*, Castello participou da grande revolução que se processava no *lay-out*, na técnica e nos textos jornalísticos, ao lado, entre outros, de Danton Jobim, Pompeu de Souza, Luiz Paulistano, Armando Nogueira, Evandro Carlos de Andrade, Everardo Guilhon, Pedro Müller e Jacinto de Thormes.

O jornalismo permitiu-lhe, dentro do sufoco das redações, fazer duas importantes incursões no campo da literatura: a primeira, em 1952, com a publicação do livro *Continhos brasileiros*, um pouco no molde britânico do irlandês Jonathan Swift e do inglês Alexis Carroll. A segunda incursão foi

em 1958, com o romance *Arco de triunfo*, na inspiração de *A esperança*, de Malraux, e apresentado por Jorge Amado e Manuel Bandeira, como “o nascimento de um criativo romancista”.

A Universidade de Colúmbia, em Nova York, concedeu-lhe o Prêmio Maria Moors Cabot, destinado aos jornalistas notáveis das Américas. E recebeu o Prêmio Mergenthaler, pelos seus relevantes serviços prestados à liberdade de imprensa.

Era membro da Academia Piauiense de Letras, do Pen Clube do Brasil e da nossa Academia Brasileira de Letras, na Cadeira 34, tendo como patrono Sousa Caldas e, como antecessores: Pereira da Silva, o Barão do Rio Branco, Lauro Müller, D. Aquino Correia e Raymundo Magalhães Júnior, sendo sucedido pelo atual ocupante, João Ubaldo Ribeiro.

Trabalhou também com Carlos Lacerda, na *Tribuna da Imprensa*; com Leão Gondim, em *O Cruzeiro*; com Octavio Frias, na *Folha de S. Paulo*; com Júlio de Mesquita Filho, no *Estado de S. Paulo*, e finalmente com Nascimento Brito, no *Jornal do Brasil*, do qual foi o chefe da Sucursal de Brasília e onde afinal explodiu todo o seu maravilhoso engenho jornalístico, na “Coluna do Castello”, escrita, diariamente, de 1960 até 1992, quando morreu aos 72 anos de idade, com mais de 10 mil artigos publicados.

Dissecava aí todos os dias, num estilo muito próprio, os complicados mistérios do nosso estamento. A classe política de Brasília era uma viciada em lê-lo todas as manhãs, como se buscasse um farol para iluminá-la pelo resto do dia. Com seu alto senso de responsabilidade, exerceu um influente papel na *realpolitik* daquela Corte.

Não raro, tematizava os assuntos políticos, com temas meio pragmáticos, algo a ver com a tematização do alemão Spengler, do francês Pascal e do italiano Machiavelli.

Era um profissional que aceitava as amenas intimidades do convívio humano, mas não permitia que elas interferissem na retidão de seus comentários e de suas opiniões.

Fez sempre um jornalismo de alto nível, na sublimação de um trabalho sério e eficiente, de princípios sólidos, com uma postura ao mesmo tempo intransigente e compreensiva.

Carlos Castello Branco enfrentou o arbítrio do regime militar, tendo sido preso quatro vezes, quase sempre em circunstâncias hilariantes para os seus cruéis e ridículos carcereiros.

Élvia, sua mulher admirável, recorda que seu marido era preso geralmente às 5 ou 6 horas da manhã.

Certa vez, os policiais *deduraram*, informando que o autor da ordem de prisão tinha sido o Coronel Epitácio, que, minutos depois, quando Castello já fora levado, telefonou para seu apartamento, querendo falar com ele. Élvia atendeu:

– Coronel, o senhor não se respeita? O Castello já foi retirado daqui, justamente por ordem sua. E agora o senhor ainda me vem perguntar por ele? Faça-me um favor: na próxima prisão, mande buscá-lo às 8 horas, que é quando ele acorda.

Na segunda vez, estava com uma festinha em casa e, ao ouvir pelo rádio a decretação do AI-5, disse a Élvia:

– Minha filha, acho que serei preso amanhã.

Para confirmá-lo, logo no dia seguinte, bem cedo, os policiais bateram à sua porta:

– Já sei o que querem. Entrem e tomem um cafezinho, porque eu vou me preparar.

E foi dormir mais dez minutos.

Viu-se preso, ainda uma vez, a terceira, por causa de um despacho policial, que tinha o seguinte título, meio kafkiano:

“Investigação sumária para apurar a participação do jornalista Carlos Castello Branco nos fatos que levaram a Câmara dos Deputados a negar licença para processar o Deputado Marcio Moreira Alves.” (O judeu tcheco Frank Kafka não encontraria, para o seu *O processo*, uma Ementa tão irrisória quanto esta.)

Justamente naquele dia Castellinho estava convidado para um jantar com o Governador de Nova York, em visita oficial a Brasília. Foi levado para o DOPS, onde chegou dizendo que queria falar com o Delegado:

– Olha aqui, “seo” Delegado, o senhor talvez não saiba, porque inclusive não é obrigado a saber, que eu estou convidado para jantar hoje na Embaixada Americana, com o Governador Nelson Rockefeller. Peço-lhe então que telefone agora, comunicando que eu não irei lá porque estou aqui preso pelo senhor.

Meia hora depois, Castello já estava solto e foi para o jantar.

Na noite de sua quarta e última prisão, apareceu o advogado Sobral Pinto, arrastado pelos policiais e aos berros. O diretor do DOPS, Coronel Epitácio, então doutrinava muito, falando em *soluções à brasileira*. Sobral foi perdendo a paciência e, lá pelas tantas, reagiu:

– Agora chega, “seo” Coronel, porque não existem *soluções à brasileira*. O que existe apenas é *peru à brasileira*.

Naqueles tempos difíceis, em que a prática parlamentar havia sido virtualmente extinta e abolida, Castello manteve íntegra a chama da ética, objetividade, coragem, coerência e altivez.

Gostava de dizer que não era um panfletário, nem um emocional. Muito menos um radical de direita ou de esquerda, pois esse maniqueísmo não tinha raízes, nem ancorava no universo de suas preocupações.

Minha estimada Élvia:

Você costumava definir seu marido como “portador de uma inteireza moral absoluta”. E acrescentava:

– Ele era assim como uma escultura feita de um só bloco de mármore ou de pedra. Não concebia uma moral pública distanciada de uma moral privada. A liberdade que concedia a mim e aos nossos filhos era a mesma que defendia para o seu trabalho, para a sua imprensa e para o seu país.

Castello era também um impaciente – senhores Acadêmicos – com aversão à burrice, à impontualidade, aos palavrões, aos sectários e aos dogmáticos. Não tinha tempo de escrever cartas, porque já lhe bastava escrever a sua coluna diária. A ninguém chamava de “Excelência”.

No fundo, era um socrático, espirituoso e irônico, cheio de verve e de graça. Não raro, exagerava na sua mudez machadiana, meio casmurra, que usava como tática e como estratégia para obter o máximo dos entrevistados. Mesmo quando não participava da conversa, parecia sempre estar prestando muita atenção ao interlocutor. Recolhia confissões e confidências, prometendo nada dizer. Realmente nada dizia, mas, no dia seguinte, escrevia e publicava tudo.

Sua lealdade era apenas com a informação, com a sua profissão e com mais ninguém.

Um dia, o Ministro Luís Viana Filho, então chefe do Gabinete Civil, convidou a Castello e a mim para almoçarmos na Granja do Ipê, em Brasília, onde então residíamos. Conversamos durante três horas. Castellinho não tomou uma só anotação. E qual não foi a minha surpresa quando, algumas horas depois, ao ler o *Jornal do Brasil*, ali estava a entrevista do Ministro, literalmente reproduzida, como se tivesse sido retirada de um gravador.

A respeito de cada um dos líderes políticos – que eram, afinal de contas, a razão de ser e a inspiração de sua atividade diária – Carlos Castello Branco possuía opiniões e juízos bem definidos. Sobre João Goulart, por exemplo: – Ele tem a propriedade no falar e a indecisão no agir.

Sobre Ulysses Guimarães: – Nunca foi um realista ou um prático. Por isto mesmo o poder sempre lhe escapou.

Sobre Carlos Lacerda: – Ele desfraldou as bandeiras da democracia e da revolução, sendo um tumulto e um vendaval, que açotaram a História brasileira.

E sobre Juscelino Kubitschek: – Com o seu governo, e pela primeira vez, o Brasil sonhou em ser, algum dia, uma grande nação.

Sobre “demagogia”, escreveu que “ela é a deformação anárquica da liberdade, como a ditadura é a inflação desordenada da autoridade”.

Sobre “democracia”, assinalou que ela “é a expressão que se basta a si mesma, dispensando qualificativos”. E quando à democracia se acrescenta algum adjetivo – econômica, política ou social – deve-se suspeitar de que, “atrás desses adornos, haverá sempre um caviloso pretexto para simplesmente suprimi-la”.

Castello Branco costumava reproduzir uma história que lhe fora repetida e narrada pelo seu homônimo, o Marechal-Presidente:

– Você sabe, meu caro jornalista, por que nós dois temos a cabeça chata e sem pescoço? Pelo seguinte: porque os nossos dois pais, lá no Ceará e no Piauí, quando nos despedimos de ambos, para tentarmos a sorte aqui no Sul, eles nos bateram muito nos nossos cocurutos, aconselhando: – Vão, meus filhos, vão ganhar a vida no Rio, honestamente se possível.

E acrescentava o Marechal Castello Branco:

– Quando os Ministros Otávio Bulhões e Roberto Campos, anteontem, me trouxeram uma pilha enorme de processos para despachar, eu reagi: Os senhores sabem por que eu tenho cabeça chata? É de tanto os senhores baterem nela e me pedirem: “Assina logo isso aí, Presidente.”

A máquina datilográfica, numa época em que ainda não existia o computador, era a companhia diária do nosso Castellinho. Nela despejava de um jato só – como se fosse uma torrente caudalosa – os seus excelentes artigos, que, depois, pouco tinham a ser corrigidos.

Segundo Wilson Figueiredo, Castello não era um torturado pelo estilo. Mas, enquanto escrevia, mal conseguia respirar. E não gostava de ser interrompido.

Na opinião de Hélio Pellegrino, ele foi o “Honoré de Balzac da crônica política brasileira, porque, com ele, o jornalismo se resgatava da fugacidade inerente para transformar-se em História permanente”.

Carlos Castello Branco exerceu sua profissão como se fosse um maestro e um regente do jornalismo político, um legítimo herdeiro das tradições dos nossos acadêmicos-jornalistas: Evaristo da Veiga, Hipólito da Costa, Alcindo Guanabara, José do Patrocínio, Félix Pacheco, Elmano Cardim, Austregésilo de Athayde, Odylo Costa, filho, Barbosa Lima Sobrinho, Otto Lara Rezende, Antônio Callado e Assis Chateaubriand.

Na recordação de sua imagem e destes dez anos de sua morte, ele está recebendo a comovente homenagem desta mesa-redonda, realizada na sua e nossa Academia Brasileira de Letras, em presença de muitos rostos amigos e queridos ao seu coração.

Carlos “Castellino” Branco continua hoje mais presente do que nunca, na lembrança de todos nós, que sobrevivemos à sua morte e que aí continuamos batalhando no jornalismo político, para sermos dignos da sua memória e do grande exemplo de equilíbrio e de correção – legado aos seus colegas – como patrimônio de uma herança que muito nos orgulha, muito nos honra e muito nos engrandece.

Carlos Castello Branco: jornalista, contista e romancista

ARNALDO NISKIER

Nascido a 25 de junho de 1920, na capital do Piauí, Carlos Castello Branco, o saudoso Castellinho, que nos honrou com sua presença aqui na Academia, saiu de seu Estado de origem – onde também fez parte da Academia Piauiense de Letras – para conquistar o país, com sua obra. Uma brilhante obra, em todos os sentidos: como jornalista, contista e romancista.

Exemplo de dignidade e ética, apesar de ter vivido em períodos políticos agitados, onde muitos tiveram que abandonar esses valores para conseguir sobreviver profissionalmente, Carlos Castello Branco jamais maculou seus princípios e sua conduta. Contra aqueles que semearam rancor e intriga contra ele, respondeu com amor e trabalho digno, e jamais com ódio, desprezo ou qualquer outro sentimento similar.

Professor, educador, conferencista. Sua obra chega a uma centena de títulos, sobre educação brasileira, filosofia e história da educação, administração escolar, tecnologias de ensino, obras didáticas e de literatura infanto-juvenil. Participação na mesa-redonda realizada na ABL em 3/6/2003.

~ Nasce o jornalista

Em Teresina, ele fez o primário e o ginásio. Depois, em 1937, partiu para Minas Gerais, onde se formou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Data dessa época a sua convivência com o nosso confrade Oscar Dias Corrêa. Daí para o jornalismo foi um pulo.

A sua vida de repórter começou no jornal *O Estado de Minas*, em 1938. Em Minas, Castello Branco teve contato com a nata da intelectualidade local: Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, Autran Dourado, Fernando Sabino, Hélio Pellegrino.

Mais tarde, já no Rio de Janeiro, fez parte da redação de *O Jornal* e do *Diário da Noite*. No *Diário Carioca*, junto com Pompeu de Souza, Prudente de Moraes, neto, Otto Lara Resende e Jotaefegê, fez parte de uma redação memorável, onde também se destacavam os “iniciantes” Armando Nogueira e Evandro Carlos de Andrade. Participou também da equipe da revista *O Cruzeiro*, e foi chefe de redação da *Tribuna de Imprensa*, cujo dono era Carlos Lacerda. Aliás, foi nesse jornal que Castello Branco criou, em 1962, a “Coluna do Castello”, que a partir de 1º de janeiro de 1963 passou a ser publicada no *Jornal do Brasil*, até a sua morte, em 1993, e que se transformaria, com toda justiça, num marco da imprensa brasileira, com seu estilo único.

Carlos Castello Branco já desfrutava de grande prestígio na imprensa brasileira, quando em outubro de 1969 ocorreu a eleição de Jânio Quadros para a Presidência da República. O Secretário particular do presidente era o seu grande amigo, José Aparecido de Oliveira, que o convidou para ser o Secretário de Imprensa do governo. Como todos sabemos, a duração dessa experiência foi meteórica, em função da renúncia de Jânio.

Lamentavelmente, Castello Branco não teve tempo de desenvolver o seu trabalho no governo, com aquela qualidade que sempre norteou suas ações. Perdeu o governo e ganhou o jornalismo, que o recebeu de volta para cumprir sua trajetória de sucesso.

~ A Coluna do Castello

Carlos Castello Branco sempre primou, em sua coluna, pela elegância do texto e pela firmeza dos argumentos usados, que desaguavam em análises políticas finas e sutis. A sua visão em relação aos problemas brasileiros era inigualável. Por isso, muitos consideravam sua coluna o porta-voz do jornalismo de opinião. Nos períodos mais tenebrosos, quando se tentava calar a voz daqueles que procuravam levar a melhor informação à sociedade, Castellinho se utilizava de uma estratégia sublime, para conseguir o seu objetivo: as famosas “entrelinhas”, nas quais os seus leitores conseguiam identificar a verdadeira mensagem do jornalista.

Durante os anos de existência do seu espaço no JB, era comum a expressão: “Deu na Coluna do Castello? Então é verdade.” Ou, então, ia se tornar realidade. Afinal, muitas deliberações do governo ou intenções de grupos políticos eram antecipadas por Castello Branco. Pesquisando os fatos passados, e relendo seus comentários, observamos que ele já previa a derrocada da experiência parlamentarista de 1961 – que desandaria em golpe militar mais tarde – e também a edição do Ato Institucional nº 5 – AI-5.

Falando sobre o AI-5, nos vem à memória um fato triste em relação à “Coluna do Castello”, e que merece a nossa repulsa. De 15 de dezembro de 1968 a 3 de janeiro de 1969, a coluna foi paralisada, devido ao ato de extrema dureza e injustiça que foi a sua prisão pelo regime militar, durante a implantação do AI-5. Nesse período, ele teria recebido até ameaças de morte, através de cartas anônimas. Um dia antes de sua prisão, em 14 de dezembro de 1968, Castellinho assim se pronunciou em sua coluna sobre o AI-5:

“Ao Ato Institucional de ontem não deverá seguir-se nenhum outro ato institucional. Ele é completo e não deixou de fora, aparentemente, nada em matéria de previsão de poderes discricionários expressos. [...] A medida estancou todas as fontes políticas de resistência ao Governo, não deixando nenhuma válvula. A Oposição não terá a menor possibilidade de produzir-se, a não ser que seja respeitada, e até quando o for, a liberdade de imprensa.”

Conforme mostram os fatos que se seguiram, a liberdade de imprensa não foi respeitada – assim como nenhum outro tipo de liberdade, nesse período triste da nossa história.

~ Contista e romancista nas primeiras obras

As suas incursões na literatura, bem antes da fama de comentarista político, já demonstravam a mesma maestria com a qual ele veio a se tornar famoso e reconhecido em todo o país, com sua coluna diária.

Em *Continhos brasileiros*, por exemplo, lançado em 1952, pela Editora A Noite, ele relata o cotidiano de personagens simples, com todas as suas nuances: dramas, tragédias, angústias, confusões, confraternizações, segredos, fantasias e medos. São dez histórias e, ao mesmo tempo, dez momentos de apurado estilo. No terceiro conto – “Jeito de cachorro” – vale a pena registrar o seu início, que mais parece um desabafo pessoal, contundente e definitivo:

“Se honestidade for pagar dívidas, eu sou uma pessoa honesta. Desafio a que se prove o contrário. Pago religiosamente aos meus credores.”

A partir daí, o conto se desenrola, com muito humor e sarcasmo, desaguardo num final enigmático e surpreendente.

Não sei se *Continhos brasileiros* era uma obra premonitória, mas lá existe uma saudável coincidência: no último conto, intitulado “Um amigo”, a personagem principal é um deputado, Souza Melo, que mantinha constantes conversas com um jornalista.

No ano passado, a Coleção Austregésilo de Athayde, da Academia Brasileira de Letras, por obra e graça da sua dedicada esposa Elvia Castello Branco, relançou a obra, agora com o nome *Continhos brasileiros e outros contos* de Carlos Castello Branco, contendo mais oito contos inéditos. Em “Contos suburbanos”, podemos apreciar a simplicidade do seu texto, em que se destaca o telefone que, naquela época, era um artigo de luxo e caro. Para consegui-lo, às vezes era necessário até recorrer a “pistolões”. Muito diferente de hoje em dia, com a profusão de linhas celulares, com aparelhos sendo vendidos “a quilos” ou “a dúzias”. Mas vejamos um trecho do conto:

“Cerca de oito anos morei no Méier, Rua Barão de São Borja, edifício de seis apartamentos pequenos. Secretário de senador, ocupava-me com o serviço à tarde e parte da noite, sem horários estritos. Pela madrugada, lia ou rabiscava, vaga tentativa de memória a respeito da lealdade política.

O contato seguido, ainda que sóbrio, com a vizinhança modesta faz-me de certo modo viver a vida comum. Único no prédio, foi por meio do meu telefone, obtido por influência do chefe, que divisei a intimidade de algumas famílias.”

No prefácio, do acadêmico Eduardo Portella, podemos destacar: “A sua palavra se impôs para além das contendas habituais. Por isso fez escola. E porque soube orientar a militância jornalística por impecável coerência ética. [...] Carlos Castello Branco não vacila em manter e nutrir o eixo ético do seu empreendimento narrativo. Ele chega a ser um divisor de águas entre a evidência e o sonho, entre o dispositivo social repressor e as ambições contrafeitas da transgressão. [...] Aqui, nestes ‘continhos’, contões e outras coisas mais, as relações pessoais rendem sua homenagem a Eros. Contudo, o seu sensualismo prefere não passar por cima das regras elementares do bom comportamento. Há mesmo um certo pudor verbal nas descrições, encontros e promessas que ganhariam ficcionalmente se o controle moral fosse menor. Mas Carlos Castello Branco não vacila em manter o eixo ético do seu empreendimento narrativo.”

Já *O arco de triunfo*, de 1959, lançado pela Editora Itatiaia, e agora pela Rocco, trata-se de um romance que relata a ascensão de José do Egito, a personagem principal, um nortista que chega ao Rio de Janeiro, que, na época, detinha o título de Capital Federal. Chamo a atenção para outra coincidência: José do Egito abraça a profissão de jornalista. Mais uma vez a ficção se espelha na realidade. Como jornalista, José do Egito consegue se destacar na vida política, como deputado e, depois, chegando até a ministro de Estado. Como se vê, o jornalismo conseguia influenciar de forma definitiva a veia literária do autor.

Sobre a obra, o poeta Manuel Bandeira escreveu: “A trama do romance é desenhada com aquela firmeza de traço em que não há linha morta e até as personagens episódicas vivem intensamente. Castello, esse grande prosador, é também grande romancista.”

~ Os livros sobre política

Carlos Castello Branco colocou toda a sua experiência de grande observador dos principais momentos políticos brasileiros em diversos livros, verdadeiras obras-primas sobre a recente História do Brasil. Em 1975, lançou *Introdução à Revolução de 1964 – Agonia do poder civil*, complementado pelo prefácio rico e sensível de Odylo Costa, filho. O seu amigo e companheiro de longas jornadas, Otto Lara Resende, assina o texto de orelha.

Uma de suas grandes virtudes era saber descrever a trajetória de homens públicos com um primor e uma riqueza de detalhes como poucos. Em 1994, a Editora Revan editou *Retratos e fatos da História recente*, em que o nosso saudoso Castellinho traçou o perfil de 40 pessoas ilustres, dentre eles Bilac Pinto, Juscelino Kubitscheck, José Aparecido de Oliveira, Otto Lara Resende, Tancredo Neves, Gustavo Capanema, Afonso Arinos, Carlos Lacerda e Ulysses Guimarães.

A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, gerou muitos livros e teses, mas nenhum historiador, cientista político ou mesmo jornalista investigativo conseguiu saber as verdadeiras razões do gesto. Testemunha ocular daquele momento, já que era Secretário de Imprensa da Presidência da República, Carlos Castello Branco, em *A renúncia de Jânio – Um depoimento*, lançado em 1996, três anos após sua morte, faz algumas observações que revelam a luta pelo poder naquele episódio, representada pelo confronto entre o ministro da Justiça, Pedroso Horta, e o secretário particular de Jânio, José Aparecido de Oliveira.

Castello Branco revela no livro: “Nunca vi luta ao mesmo tempo tão sutil e tão dura, tão amena e tão cruel. [...] Se houvessem se entendido poderiam ter dado outro rumo aos acontecimentos.”

Sobre quais seriam os verdadeiros motivos da renúncia, Castello Branco termina o livro sem admitir uma conclusão definitiva. A sua principal colaboração para a História é o fato de a obra conter informações inéditas, que acabam trazendo alguma luz para aquele episódio marcado pela escuridão. Castellinho

se deu ao direito de não publicar o livro em vida, e deixou autorização para que a obra só viesse à tona após a sua passagem e a dos principais envolvidos no episódio.

Lendo o trecho que se segue, que faz parte do penúltimo capítulo, dá para deduzir que o autor já avisava isso aos leitores: “Creio ir-se tornando evidente, na medida em que chega ao fim este relato, que seu autor também não sabe por que Jânio Quadros renunciou.”

Castello Branco deixou outras obras sobre o período pós-64, todas escritas com a mesma coerência e intensidade. São elas: *Introdução à Revolução de 1964*, em dois volumes, e *Os militares no poder*, em quatro volumes.

~ O acadêmico Carlos Castello Branco

A Academia Brasileira de Letras teve a honra de contar com a convivência cordial e elegante de Carlos Castello Branco durante onze anos. Eleito em 4 de novembro de 1982 para a Cadeira nº 34, sucedendo ao também escritor e jornalista Magalhães Júnior, ele tomou posse em 25 de maio de 1983. Foi recebido por José Sarney, que dois anos depois viria a assumir a Presidência da República. Hoje, quem ocupa o lugar de Castellinho é o escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, que também milita no jornalismo, através de sua coluna semanal no jornal *O Globo*.

Como se vê, aqui também temos algumas coincidências em relação à ligação deles, os ocupantes da Cadeira nº 34, com o jornalismo.

~ Algumas opiniões

Uma forma de homenagear Carlos Castello Branco, no momento em que se completa uma década de passagem, é lembrar o que foi falado sobre a sua personalidade quando nos dava o prazer da sua companhia, com o seu carinho no trato com os amigos e a sua tenacidade no cumprimento de sua profissão. Dentre as suas qualidades, o Acadêmico José Sarney certa vez destacou uma

que merece nosso registro: “Tinha a alma do repórter e uma memória prodigiosa, como Ernest Hemingway e Gabriel Garcia Márquez.” Para Otto Lara Resende, ele escrevia “de dentro e por dentro dos fatos”.

Em seu livro *Conversa com a memória*, lançado pela Objetiva, o também famoso e competente jornalista Villas-Bôas Corrêa dedica boas páginas para lembrar algumas histórias que revelam a “genialidade” de Castellinho. Em 2002, durante uma palestra, ele revelou que no início da carreira pensou em desistir do jornalismo. E foi o próprio Castello Branco quem o fez desistir da idéia, com uma breve frase: “Enquanto eu tiver espaço para continuar, vou ficar.”

Armando Nogueira, em recente crônica, quando lamentava a morte de Evandro Carlos de Andrade, lembrou que os dois tiveram a sorte de ter “professores admiráveis” no início de suas carreiras, na redação do jornal *Diário Carioca*, e Carlos Castello Branco era um deles, juntamente com Pompeu de Souza, Otto Lara Rezende e outros.

Lembro que, certa vez, o nosso querido Carlos Castello Branco teve o seu dia de galã de cinema. Aconteceu durante a sua participação “muito especial” no filme *A idade da Terra*, de Gláuber Rocha. Mais tarde, o cineasta recebeu o recado do grande mestre: “Você foi o único que conseguiu me dirigir em toda a minha vida.”

Este o pequeno retrato de um grande jornalista e escritor brasileiro.

Carlos Castello Branco

AFONSO ARINOS FILHO

Não estamos lembrando apenas dez anos sem Carlos Castello Branco, mas vinte desde a sua posse. Aqui se acham jornalistas experientes, muito mais habilitados do que eu a esmiuçar-lhe a luminosa trajetória profissional. Assim, limitar-me-ei a lembrar episódios, graves ou risonhos, que me trazem à memória quarenta anos de convívio com aquele amigo querido. Amizade que, desabrochada no Rio, estreitou-se em Brasília, quando fomos vizinhos por alguns anos, e se prolongou em várias esquinas do planeta, onde eu servia como diplomata, e Castello, viajante contumaz, aparecia com frequência.

No início dos anos cinqüenta – ou talvez mesmo antes, ao findar a década dos quarenta –, ele já freqüentava a casa de Afonso Arinos, cuja carreira parlamentar ascendia rapidamente, e que era fonte constante de matérias para as páginas políticas dos jornais. Lembro-me de uma noite quando Castello, Odylo Costa, filho e Villas-Bôas Corrêa absorveram, com paciência evangélica, impertinências

Nome literário de Afonso Arinos de Mello Franco, diplomata, autor de *Primo canto* – memórias da mocidade (1976), *Três faces da liberdade* (1988), *Tempestade no altiplano* – diário de um embaixador (1998), *Ribeiro Couto e Afonso Arinos / Adeuses* (1999).

despejadas contra a imprensa em geral por Arinos, exasperado contra interpretações que considerava injustificáveis sobre postura por ele assumida na liderança da oposição na Câmara. Mas, serenado o líder, os jornalistas amigos obtiveram entrevista retificadora, pondo a questão nos seus devidos termos.

Eu lia assiduamente as crônicas políticas de Castello. Apreciava-lhe o estilo simples e enxuto, sutil e malicioso, desprovido de retórica ou emoção, avaro em adjetivos e advérbios. Mais tarde, percebi que ele escrevera história. Durante os longos anos de autoritarismo militar, perante obstáculos quase insuperáveis que dificultavam o livre exercício da sua profissão, o jornalista conseguiu transformar a própria opinião, inamoldável e incorruptível, em opinião pública, enquanto o homem enfrentava, com sabedoria e serenidade, intensos sofrimentos físicos e morais.

Quando jovem, compartilhamos com a bela Élvia, sua esposa, de quem ele fora colega e companheiro de jornal, uma mesa na boate Vogue, depois tragicamente incendiada. Casamo-nos sucessivamente, vários amigos, por aquela época, e fomos morar, Otto Lara Resende e eu, na mesma rua da Gávea, onde Castello nos visitava, pilotando o seu Volkswagen de duas cores. Porém as reuniões mais amplas, que juntavam a nata do jornalismo da então capital da República, davam-se no apartamento do Otto.

Em setembro de 1956, fui removido para o meu primeiro posto diplomático, em Roma. Pouco depois, Castello ali surgia, hospedando-se conosco. Combinamos passar um fim de semana em Florença, que ainda não conhecíamos, aproveitando a oportunidade da minha designação para representar a Embaixada do Brasil na cerimônia de Finados, a 2 de novembro, no cemitério brasileiro de Pistóia. Começava, naqueles dias, a insurreição húngara para libertar o país do jugo comunista, que viria a ser esmagada pelos tanques soviéticos. Hospedamo-nos num pequeno hotel vizinho à praça da Senhoraia, e, na manhã seguinte, nos aprestamos a visitar a Galeria dos Ofícios, uma das mais ricas coleções de arte do mundo, que ali se encontra. A instâncias de Castello, fizemos a escala habitual no bar da esquina, para reconfortar-nos com um copo do vinho branco de Orvieto, e seguimos, depois, rumo à praça. Foi quan-

do observei, do outro lado, uma banca de jornais fervilhante de transeuntes excitados, à cata das últimas notícias da crise na Hungria, que já se deteriorava, assumindo aspetos dramáticos. Propus então ao amigo, repórter político, que imaginei estar igualmente interessado: “– Vamos ver o que é aquilo?” Mas foi o humanista quem respondeu: “– Aquilo é o efêmero.” E caminhou, tranqüilo, para o museu, onde Botticelli nos aguardava.

Na volta, fomos conhecer Assis. Ali, dormimos serenamente, nos braços de São Francisco, enquanto a tragédia húngara se desenrolava a poucas centenas de quilômetros de nós. De volta a Roma, o nosso carro viajava pela Via Flaminia, numa fresca e ensolarada manhã de outono, entre os pinhos e abetos tão característicos da paisagem italiana, e os “doces montes cônicos de feno”, que tinham encantado o poeta Rubem Braga. Mas o rádio do automóvel traduzia diretamente as transmissões de Budapest. Apelos às Nações Unidas. Pedidos de auxílio do primeiro-ministro Imre Nagy, que viria a ser executado. Ouviam-se os tanques passando, os disparos das metralhadoras. E, por fim: “– Não podemos mais transmitir. Viva a Hungria livre!”

Quando começou a irradiação, Castello tecia considerações sobre personalidades e intrigas da política nordestina, mas não pôde continuar. Estávamos ambos arrasados.

Da Itália, seguiu para Nova Delhi, onde se efetuava uma reunião da UNESCO. Aguardávamos em casa, à noite, a hora de seguir para o aeroporto, quando ele, fatigado, cochilou. A brasa do cigarro que fumava, ao soltar-se, incendiou a camisa de náilon, chamuscando-lhe o peito. Acorri a apagar o fogo, enquanto ele resmungava que se estava transformando em boneco de celulósido. Ao regressar da Índia, trouxe-me uma biografia de Nehru, com dedicatória na qual se declarava um “amigo nada orientalista”.

Em Roma, por essa época, Di Cavalcanti era nosso companheiro constante. Um dia, o grande pintor convidou-me a assistir à abertura do Congresso do Partido Comunista Italiano: “– Sou amigo do Secchia, ele obterá bons lugares para nós.” Porém a situação mostrava-se tensa na capital italiana, e se temia que, apenas um mês após a invasão da Hungria, a revolta popular provocasse

distúrbios durante o Congresso. Na data marcada, Di telefonou-me, prudente: “– Acho bom desistirmos do que combináramos. Somos brasileiros, não temos nada com isso, de repente pode haver briga lá dentro e estaremos mal parados. Já imaginou, você diplomata, e eu um artista de responsabilidade, metidos em pancadaria?” Concordei com a desistência, lembrando-lhe que a sugestão partira dele mesmo. “– Mas não há de ser nada – ajuntou. Hoje é 8 de dezembro, dia da festa da Imaculada Conceição na praça de Espanha, com a presença do papa. Vamos até lá, e depois emendamos no Café Greco.”

Não resisti e contei esta história a Castello, que a reproduziu na sua coluna do *Diário Carioca*. Di Cavalcanti, ao tomar conhecimento da matéria, alarmou-se: “– Vocês não deviam ter feito isso. Vão-me deixar mal com a Igreja e o Partido.”

De 1964 a 1966, morávamos na mesma quadra em Brasília, quando Castello cobria as sessões do Congresso, onde eu era deputado federal. Ele deu-me, então, a ler os originais da narração que escrevera sobre a renúncia do Presidente Jânio Quadros, de quem fora Secretário de Imprensa, informando-me, desde logo, que só seria divulgada postumamente, pois não desejava suscetibilizar amigos. Quando, em posto diplomático no exterior, recebi a notícia tão dolorosa do seu falecimento, escrevi a Élvia, ressaltando a necessidade de que aquele importante testemunho histórico não deixasse de ser publicado. O livro marcou muito o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao patentear-lhe o mal que intrigas palacianas podem fazer a um governo.

Durante nossa residência simultânea em Brasília, viajamos, para conhecê-la, à antiga capital de Goiás, em alegre excursão na companhia de Afonso Arinos, então senador. Castello era muito ligado a Arinos. Tanto que, quando da morte deste, em 1990, o jornalista exemplar, sempre tão equilibrado, isento e imparcial nos julgamentos, prudente e cuidadoso ao exprimi-los, a fim de evitar que a paixão ou a emoção os turvassem, ao considerar o extinto “o mais completo exemplar da ilustre grei a que pertencia”, finda a “vida de um patricio tocado pela causa dos pobres”, não hesitou – pela primeira e última vez, que eu saiba – em depositar, na sua celebrada coluna, pelo “desaparecimento de um

grande brasileiro”, “num luto modesto, a homenagem do admirador, do amigo e companheiro”.

Reintegrado à carreira diplomática quando a experiência parlamentar se revelava crescentemente inócua sob a ditadura militar, fui designado cônsul em Genebra, onde voltamos a hospedar Castello no nosso chalé de madeira em estilo alpino. O Itamarati transferiu-me, depois, para Washington, e ali, novamente, pudemos receber a visita do amigo, que cobria o encontro dos presidentes Médici e Nixon. Bem informado como sempre, ele apurou então, antes de qualquer membro da comitiva oficial, que o general brasileiro seria alvo de uma manifestação de protesto.

A Brasília, onde Castello se radicara, eu viajaria precipitadamente, em 1976, a fim de recebê-los na volta da viagem que ele e Élvia empreendiam ao exterior, quando foram surpreendidos pela notícia do acidente automobilístico que lhes arrebatou o filho primogênito.

Carlos Castello Branco candidatou-se, em 1970, à cadeira que hoje ocupo nesta casa, então vaga pela morte de Álvaro Lins, porém a eleição não foi conclusiva. No novo pleito, elegeu-se Antônio Houaiss, meu grande antecessor. Mas Castello tentou de novo, em 1982, na vaga de Raimundo Magalhães Júnior, e, desta feita, com pleno êxito. Seus *Continhos brasileiros*, o romance *Arco de triunfo*, mas, sobretudo, a *Introdução à Revolução de 1964* e *Os militares no poder*, contribuições indispensáveis ao bom entendimento daqueles anos sombrios para a liberdade no Brasil, guindaram-no, com total merecimento, à imortalidade literária. A tais obras acrescentem-se, ainda, as publicações póstumas dos *Retratos e fatos da História recente* e do impressionante depoimento que intitulou *A renúncia de Jânio*.

Pude, ainda, acolher Castello em meus dois últimos postos, as embaixadas no Vaticano e na Haia. Na Itália, voltamos a excursionar juntos, para que ele conhecesse a Catedral de Orvieto. E, na Holanda, seu objetivo principal era admirar a *Ronda da noite*, de Rembrandt, no Rijksmuseum de Amsterdam. Ali chegados, recusou-se a dar mais um passo. Ficaria contemplando a obra-prima, enquanto percorríamos o resto do museu.

Levei-o também ao Kroller-Müller, no meio de um bosque, para apreciar a maravilhosa coleção Van Gogh. Estou a vê-lo no passo miúdo e firme, as mãos cruzadas atrás das costas, caminhando à nossa frente.

Só mais tarde, Élvia me diria que essa visita fora a sua forma de despedir-se de nós. Eu lhe oferecera anos antes, com a presença de meus pais, um jantar no Rio, às vésperas da sua partida para ser operado em Houston, de onde eram escassas as esperanças de que retornasse com vida. Mas ele já superara séria crise cardíaca anterior, e lograria vencer também, embora provisoriamente, a nova e grave enfermidade.

Enquanto Castello viveu, sempre quis ouvir-lhe a opinião antes de publicar alguma obra de maior fôlego. É seu o posfácio do meu primeiro livro, *Primo canto*, editado em 1976. Em 1992, eu me encontrava na Haia quando completei *Atrás do espelho*, abordando quatro décadas da vida política e literária brasileira, refletida na extensa correspondência que Afonso Arinos me enviara durante aqueles longos anos. Fiquei a dever, um pouco, aquele título ao amigo, pois senti, pelo seu silêncio, que não se entusiasmara com o anteriormente escolhido. Mande-lhe, da Holanda para o Brasil, os originais do meu novo trabalho. E recebi de volta, através de um colega e amigo comum, suas desculpas pelo fato de que não teria mais tempo para lê-lo. Foi assim que ele me preveniu da chegada próxima da “indesejada das gentes”.

Quando Carlos Castello Branco recebeu, nos Estados Unidos, o Prêmio Maria Moors Cabot de jornalismo, concedido aos profissionais que mais se houvessem destacado no combate pela liberdade de imprensa, o fato noticiou-se acompanhado de uma foto na qual o pequenino Castello aparecia, de pé, entre dois americanos enormes, também premiados. Afonso Arinos passou-lhe, então, o seguinte telegrama: “CASTELLO, DOS TRÊS, VOCÊ É O MAIOR.” E era. Foi o maior da sua, da nossa geração.

Castellino em moldura mineira

WILSON FIGUEIREDO

Idade de ginásiano e porte físico equivalente compunham a figura de Carlos Castello Branco quando foi estudar em Belo Horizonte. Não mudou depois que veio para o Rio. A vida adulta chegou mais cedo e o jornalismo teve papel preponderante. A capital mineira, beirando seus quarenta anos, zelava severamente pelos costumes trazidos pelas famílias que vieram do interior. Quem vinha de fora era mantido a alguma distância, sob uma desconfiança genérica, e visto como forasteiro. Com reservas. Era preciso tempo, muito tempo, para conhecer por dentro as casas dos amigos.

Castellino, vamos deixar de cerimônia, aprendeu a viver à maneira mineira. Se não era antes, aprendeu por lá a ficar mais calado do que o necessário. Perfil de casmurro mas irônico. Era enturmado com escritores, jovens ou mais velhos. Gostava da vida de jornalista solteiro. O mundo era o jornalismo, a literatura e os amigos também solteiros.

Colunista do *Jornal do Brasil*. Alocução na mesa-redonda pelos dez anos da morte de Carlos Castello Branco, a 3/6/2003, na Academia Brasileira de Letras.

Muito anos depois, Castello contou que, apesar de ser par constante de Otto Lara Resende na volta para casa, depois do último bonde à meia-noite e meia, ainda se sentia um estranho na capital mineira. *Estado de Minas, Diário* (católico), *Folha de Minas* traziam o mundo em guerra mas o noticiário nacional era um vácuo censurado. Otto ia para o seu quarto, com janela para a Rua Alagoas, e de cima continuava o diálogo com o Castello postado embaixo na calçada. Castellinho da calçada e Otto da janela mantinham a conversa literária sem fim.

Não havia política mas a maledicência campeava solta, tendo como personagens os figurões da vida pública. Era a alternativa para a falta de liberdade. A censura do Estado Novo nada podia contra o exercício de picotar reputações, que não é, por sinal, exclusividade mineira.

Era assim que a cena se repetia: Castellinho na calçada e Otto debruçado na janela alguns metros acima. O tempo sobrava, as noites eram compridas e frias. Havia assunto para sustentar as relações no começo da vida adulta. Numa entrevista na casa dos setenta anos, Castellinho contou que nunca havia sido convidado a entrar. Nunca houve explicações. O tempo passou. A observação foi lida pelo Otto, que não respondeu. Esperou a oportunidade e, ao ser eleito para esta Academia, aproveitou para dar a resposta em telegrama ao velho amigo: “...a janela agora ficou mais alta.” Desta vez, porém, Castellinho não ficou ao relento, e, não demorou muito, veio fazer companhia ao amigo na Casa de Machado de Assis.

Castellinho tinha temperamento adaptável ao convívio mineiro, a que certa timidez dava naturalidade. E assim como foi para Belo Horizonte ainda ginasiano, de lá saiu bacharel em direito e jornalista preparado para a vida profissional que veio a ser a sua primeira natureza.

Em poucos anos no Rio, falando pouco e escrevendo muito, criou o nicho de cronista político que consagrou um gênero à sua imagem e semelhança. O estilo era Castellinho no espelho. Na pior fase dos governos militares, quando a política era vista com reservas e a censura jogava pesado, Castellinho transitava entre a informação e a opinião num exercício de interpretação que criou e

consagrou um modelo. Mas, pelas peculiaridades pessoais, não foi seguido por ninguém. Castellinho foi um: com sua morte quebrou-se a forma.

Aquele modo exclusivo de contar era arte pessoal a ser estudada quando todos os personagens todo tempo tiverem passado desta para a melhor. Como jornalista teve problemas com os governos, mas passou à posteridade um enigma sobre os informantes de que se valeu nos tempos difíceis. As suas informações eram exclusivas e não tinham impressão digital. A “Coluna do Castello” é um dos pilares do jornalismo moderno no Brasil.

Esse é o perfil mais conhecido de Carlos Castello Branco, que não se valia de heterônimos mas era múltiplo. Houve mais de um Castellinho, no bom sentido, escondido sob a timidez. O tom rouco de voz, os olhos que diziam mais do que o silêncio em certas horas. Como jornalista, não me lembro mais em que jornal, foi autor de entrevista literária em que lançou Benedito Valadares, outro caladão, como autor de um romance que estava para ser publicado. Foi uma surpresa geral que um jornalista conectado com a oposição, freqüentador do mundo udenista onde o código era a maledicência, revelasse a existência do romance *Espiridião* e a autoria de Valadares, de quem a oposição mineira fazia pouco literariamente. O lançamento literário de página inteira fez furor e repercutiu.

O lado oculto de Carlos Castello Branco teve menos oportunidade de se mostrar no acadêmico que vestiu o fardão com desembaraço, sem se intimidar com os galões. A primeira natureza ficou sendo a do jornalista. Foi quem escreveu mais, conviveu mais, sobreviveu à morte. O escritor sobrevive nas lembranças fragmentadas dos escritores, seus leitores preferenciais, mas terá outras oportunidades de vida própria quando voltar em novas edições. Castellinho freqüentou, por hábito, os mineiros em geral e, em particular, aquele quarteto que vivia cada qual para um lado mas sobrevivia como conjunto: Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos o cultivavam como mascote. Por pouco, teria sido o quinto do grupo. Tinham a marca do convívio quase obrigatório naquela Belo Horizonte com menos de 300 mil habitantes, com o deslumbramento da Pampulha

(um lago imenso para compensar a falta de mar), com quatro obras de Oscar Niemeyer e a jovialidade otimista de JK quando prefeito.

E, sobretudo, o alvoroço das descobertas literárias. Todo dia era dia de conversa literária. Se faltava tempo, no fim da noite, depois do último bonde, ia-se a pé para casa nos bairros. Iam todos ficando pelo caminho. Castello voltava sozinho. Morava no Centro, primeiro em república de estudantes, depois, já vivendo de salário, em hotéis modestos. Eram a cama e a estante com os livros que identificavam as primeiras preferências. Os romances do Nordeste, ainda recendendo a sucesso, com óbvia mas discreta preferência pelos de Graciliano Ramos, sem prejuízo dos demais. Poesia, todos os modernos editados. Castellinho não guardava vestígios parnasianos e românticos. Sabia de cor, e citava, com a voz abafada pela dicção baixa, versos de Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Oswald de Andrade. Ascenso Ferreira resgatava costumes rurais do Nordeste. Ele gostava do tom brasileiro. Cabiam também no seu interesse os mineiros João Alphonsus, Cyro dos Anjos, Mário Palmério (mais tarde).

Mas nem só de Brasil se fazia o espírito moderno de Carlos Castello Branco. A estante (armário com portas corrediças de vidro) deixavam à vista Proust e Balzac, provavelmente incompletos, no original francês, editados antes da guerra. Mas lidos e absorvidos. Desse ciclo, quando os jornais fechavam pela madrugada e circulavam com as dificuldades de transporte que os obrigavam a viajar pelos trens que saíam cedo, ficou o ritual das noites de domingo. Um grupo variado se juntava na Praça Sete, à espera dos jornais que chegavam do Rio, capital da República, com as últimas avaliações sobre o fim da guerra mundial e o advento de um novo regime político para substituir o Estado Novo e restaurar a liberdade de imprensa. Castellinho era figura de destaque, silencioso e observador, autor de reparos curtos e incisivos. Cortantes.

A época era de discreta apoteose de novidades militares na convergência final dos aliados sobre a Alemanha e o desfecho pressentido da ditadura. Líderes estudantis, jornalistas de todas as tendências, escritores (sobretudo potenciais) e os inquietos dotados de curiosidade intelectual, encontravam-se e trocavam esperanças na Praça Sete ou na estação da Central, quando os trens

se atrasavam. Era, evidentemente, outra Belo Horizonte. Os freqüentadores também.

Como os jornais eram matutinos e não circulavam às segundas-feiras, a noite de domingo era utilizada por Castellinho para longas caminhadas em companhia de um ou dois mais dispostos à empreitada. Inda não havia o método de Cooper, mas andava-se muito. Castellinho percorria a Avenida do Contorno, que demarcava o perímetro urbano. E no dia seguinte estava pronto para começar a semana.

Antes que a guerra terminasse, Castellinho foi trazido para o Rio por Assis Chateaubriand. Assim que a ditadura começou a desmoronar, como um castelo de cartas, revelou-se o repórter político em reforço do “cozinheiro” de jornal. Veio para o Rio e se tornou *chef* antes de assumir integralmente a reportagem política, abrir um caminho pessoal e chegar à Academia.

Foi no Rio que, deixando para trás os hábitos de estudante solteiro, Castellinho viveu o despertar do amor que conhecia apenas de referências literárias. Uma iniciante, colega de trabalho, derrubou o precoce celibatário com presença irresistível: o tímido de poucas palavras, sem uma fase preparatória, pediu a mão da repórter que se iniciava no jornalismo e estudava direito. Casaram-se e foram diretamente para Paris numa época em que, no máximo, a classe média passava a lua-de-mel na Argentina. O resto foi a vida, que dá e tira não segundo o merecimento nem por antiguidade, mas pelas razões que não fornece.

Na volta, Castellinho foi levar a moça Elvia para conhecer Belo Horizonte e os amigos que por lá continuavam. Apresentou o pedaço do passado a quem iria dividir com ele o futuro. Poucos daquela época sobreviveram a um tempo que pode apenas ser lembrado. Que falem enquanto é tempo.

